

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

NATHÁLIA DE SOUZA MACHADO DOS REIS

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO E PROMOÇÃO DE SAÚDE: Cenas em escola
de Ensino Médio em São Paulo

São Paulo
2021

NATHÁLIA DE SOUZA MACHADO DOS REIS

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO E PROMOÇÃO DE SAÚDE: Cenas em escola
de Ensino Médio em São Paulo

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientador: Luis Guilherme Galeão da Silva

São Paulo
2021

NATHÁLIA DE SOUZA MACHADO DOS REIS

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO E PROMOÇÃO DE SAÚDE: Cenas em escola
de Ensino Médio em São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social

São Paulo, 14 de maio de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva
IPUSP

Prof. Dr. Deivison Mendes Faustino
UNIFESP

Prof. Dra. Beatriz Borges Brambilla
PUC-SP

À minha mãe Dioscilia e meu pai Roberval, com a força e amor que possuem, são minha história e minha inspiração para esperar um mundo melhor de se viver.

AGRADECIMENTOS

É muito bom depois de um longo percurso ter muitos motivos para agradecer. Posso com alegria dizer que esse é um trabalho feito a muitas mãos.

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por todo amor, saúde e cuidado que recebo diariamente.

Aos meus pais, Dioscilia e Roberval, por serem sempre amáveis, presentes e me apoiarem por serem meu exemplo de vida e terem investido tanto da vida deles em mim, por nunca se cansarem de sonhar comigo e pela fé que sempre me ensinam a ter.

À minha irmã Samara por toda parceria e apoio de sempre.

Ao meu amor, Samuel, por estar ao meu lado, me apoiar e incentivar.

Às queridas amigas Zainne, Thaís e Sandy pelo incentivo e cuidado, e aos demais amigos pela companhia e carinho que me torna mais forte.

Ao professor Luis Galeão, pelo acolhimento e por me ensinar mais sobre os ofícios da pesquisa e do ensino de um jeito sensível e implicado com as transformações sociais.

À Luciano pela disponibilidade sempre com afeto e sensibilidade.

À todos do grupo de pesquisa do Projeto Temático “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros” com carinho e gratidão, não saberia descrever o tanto que aprendi com cada integrante sobre a coragem e responsabilidade de construir uma pesquisa com comprometimento social.

À todos do grupo INCIDIR coordenado pelo professor Luis Galeão que promoveram discussões relevantes, profundas e sensíveis e também pelo acolhimento. Com um agradecimento especial à Carlos e Brisa pelos ensinamentos e acolhimentos desde o início do mestrado; e à Diego, Pablo e Angélica pela constante disposição em construir pesquisa junto de modo implicado e potente.

Ao grupo de jovens pesquisadores(as) da Iniciação Científica no Ensino Médio, que com o olhar crítico, alegria, generosidade propuseram semanalmente a esperança de um futuro bom. Também aos (às) educadores(as) e direção da escola em que a pesquisa foi realizada pela abertura e disponibilidade para construir conhecimento juntos e compartilhar bons momentos.

À Beatriz Brambilla, pelos grandes ensinamentos na vida e profissão, enorme carinho compartilhado e por sempre me incentivar à acreditar na práxis que transforma com afeto ; e Clélia Prestes, pelo carinho e olhar atento, ambas pelas sugestões cuidadosas na qualificação. Também à Deivison e Bruno Simões pelos preciosos ensinamentos nas aulas e nas trocas.

À Ryane Leão e às mulheres da Odara English School por me fortalecerem.

À Luiz e Fabiana por me ampararem subjetivamente e me ajudarem a encontrar caminhos de criação na vida e profissão, ao mesmo tempo que mais próprios, também coletivos.

Ao CNPq pelo financiamento para a realização dessa pesquisa

"(...) Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós"

Conceição Evaristo no livro "Poemas da recordação e outros movimentos"

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo compreender os efeitos psicossociais do racismo a partir de cenas em escola pública de Ensino Médio em São Paulo. Trata-se de uma Pesquisa Ação Participante, qualitativa. Os materiais de pesquisa utilizados foram os diários de campo da pesquisadora, enquanto elaboração escrita das vivências na escola, principalmente dos encontros com o grupo de Iniciação Científica para o Ensino Médio entre julho de 2019 e novembro de 2020, entre encontros presenciais e virtuais. Esta pesquisa foi atravessada pelo cenário de crise sócio-político-sanitária da SARS-Cov2/COVID-19 no Brasil, intensificando as desigualdades socioeconômicas e aumentando a vulnerabilidade ao adoecimento. As cenas foram utilizadas como unidades de análise e a interseccionalidade como categoria analítica. As discussões apontaram para a disputa e a coexistência entre processos de desumanização e processos de afirmação e enfrentamento, tanto de forma coletiva, a partir de mediações de educadores, como em relatos de experiências singulares, revelando uma dinâmica psicossocial. Nos resultados apareceram diferentes modos do racismo se expressar, como via internet e em forma de “brincadeiras” no cotidiano escolar. Durante a pesquisa foi possível apreender como os(as/es) estudantes compreendiam os processos relacionados à saúde e construir conjuntamente reflexões e intervenções, expressando também a necessidade de maior integração entre serviços de saúde e escola.

Palavras-chave: Racismo, Saúde Mental, Psicossocial, Adolescentes; Ensino Médio

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the psychosocial effects of racism from scenes in a public high school in São Paulo. It is a qualitative Participatory Action Research. The research materials used were the researcher's field diaries, as a written elaboration of the experiences at school, mainly of the meetings with the group of Scientific Initiation for High School between July 2019 and November 2020, between face-to-face and virtual meetings. The scenes were used as units of analysis and intersectionality as an analytical category. The discussions pointed to the dispute and coexistence between processes of dehumanization and processes of affirmation and confrontation, both collectively through mediations by educators, and in reports of singular experiences, revealing a psychosocial dynamic. The results showed different expressions of racism, such as via the internet and in the form of "jokes" in school daily life. This research was affected by the SARS-Cov2 / COVID-19 socio-political-sanitary crisis scenario in Brazil, intensifying socioeconomic inequalities and increasing vulnerability to illness. During the research it was possible to learn how students understood health-related processes and to jointly build reflections and interventions, also expressing the need for greater integration between health services and schools.

Keywords: Racism, Mental Health, Psychosocial, Adolescents; High School

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNDSS	– Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
DSS	– Determinantes Sociais da Saúde
ERER	– Educação das Relações Étnico-Raciais
IC-EM	– Iniciação Científica para o Ensino Médio
OMS	– Organização Mundial da Saúde
PAP	– Pesquisa Ação Participante
PNSIPN	– Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
RAPS	– Rede de Atenção Psicossocial
SUS	– Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	Apresentação	10
2	Efeitos psicossociais do racismo	12
3	Saúde e relações raciais no Brasil	16
4	Educação das Relações Étnico-Raciais e modos de expressão do racismo	19
5	Fundamentações teórico-metodológicas	22
5.1	<i>Psicologia Comunitária e a Pesquisa Ação Participante</i>	22
5.2	<i>Vulnerabilidade e Direitos Humanos</i>	24
5.3	<i>Interseccionalidade como categoria analítica</i>	25
6	Metodologia	30
6.1	<i>Explicitando os caminhos da pesquisa</i>	30
6.2	<i>Desenho de Pesquisa</i>	31
6.3	<i>Procedimento de Análise</i>	33
6.4	<i>Cuidados Éticos</i>	33
7	Resultados e Discussão	34
7.1	<i>Desumanização e Silenciamento</i>	36
7.2	<i>Afirmção e enfrentamentos: possibilidades de reflexão, criação e transformação</i>	42
7.3	<i>Integralidade do cuidado, prevenção e promoção da saúde</i>	45
8	Considerações finais	50
	Referências Bibliográficas	52

1 Apresentação

No Brasil a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) tem sido tematizada nos últimos anos enquanto um alerta para a atenção pública, pois historicamente à população negra têm sido negligenciados direitos básicos em diversos âmbitos e a saúde é um deles (BRASIL, 2017). Os impactos do racismo necessitam de atenção específica em diferentes grupos etários. Em relação a adolescentes e jovens negros, índices destacam a persistência de um alto número de mortes por causas externas (BRASIL, 2019), e índices de óbitos por suicídio associados a sofrimentos mentais dessa população (BRASIL, 2018), entre outros aspectos que podem ser entendidos a partir de uma perspectiva psicossocial (GALEÃO-SILVA, 2017).

Pesquisa internacional aponta que os agravos na saúde mental de pessoas negras podem estar também associados à discriminação que sofrem (ISOYA; YAMADA, 2021) , e que a saúde mental da população negra, sobretudo de jovens, apresenta uma tendência de piora mesmo antes da pandemia de SARS-Cov2/COVID-19 com aumento significativo nos percentuais de ideação suicida, planejamento e efetivação do suicídio (ISOYA & YAMADA, 2021; SAMHSA, 2020).

Diante das demandas sobre os agravos em saúde mental de adolescentes, a escola destaca-se como um espaço privilegiado para ações de promoção de saúde, pois trata-se de um lugar que abarca as contradições nas relações sociais e raciais (GOMES, 1996) e a multiplicidade de experiências, necessitando de enfrentamentos também no campo relacional (SILVA, 2007) para diminuir o racismo cotidiano. Assim, ações de educação em saúde, realizadas a partir de um olhar crítico sobre as discriminações e que se façam de maneira participativa, podem promover saúde e contribuir também para a formação de sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias (MASSON et al., 2020).

Para Aníbal Quijano (2005) a classificação social da população mundial a partir da ideia de raça é uma construção que expressa a dominação social e revela relações de poder que constituíram o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado.

Por sua vez o racismo para Frantz Fanon (1980) faz parte da "opressão sistematizada de um povo" (FANON, 1980, p.37) e precisa ser compreendido não como uma totalidade, mas em seus atravessamentos com a cultura, como modo de exploração que se modifica a partir dos contextos econômicos e sociais. Para Lélia Gonzalez (1984), o racismo no Brasil é atravessado por aspectos da denominada cultura brasileira que oculta¹ marcas constitutivas da

¹ Para a autora há um movimento dialético entre o que denomina como consciência e memória na medida em que a consciência, construída historicamente, tenta ocultar as marcas culturais da amefricanidade (termo cunhado pela autora), a memória a presença da história no cotidiano, "o que a consciência exclui, a memória inclui" (GONZALEZ, 1984, p.226)

amefricanidade², essa ocultação é constituída em partes pelo que Abdias do Nascimento (1978) caracteriza como o embranquecimento que está presente nas dinâmicas do mito da "democracia racial" no Brasil, que ao longo da história teve e tem o objetivo genocida de fazer desaparecer o negro e as marcas da africanidade na cultura brasileira.

Já quanto a caracterização de discriminação, segundo Galeão-Silva (2007), trata-se de uma ação que para ocorrer passa por mediações - aspectos sociais que estão presentes nas pessoas, e no modo como pensam e agem, sendo que tais mediações surgem na relação concreta entre o indivíduo e a sociedade. Kabengele Munanga (1978), caracteriza a discriminação racial contra negros como a expressão mais conhecida dos comportamentos negativos de brancos em relação a negros, de modo que o branco vai tendo um esforço de legitimar sua atitude apontando para a alienação do negro, que por vezes, acaba por incorporar esta imagem negativa que lhe é forjada.

Diante disso, partindo de uma compreensão psicossocial (GALEÃO-SILVA, 2017) e tendo em vista a promoção de saúde pautada nos Direitos Humanos (AYRES, PAIVA & BUCHALLA, 2012), essa dissertação tem como pergunta disparadora: *Como se expressam os efeitos psicossociais do racismo a partir de cenas em uma escola pública de Ensino Médio em São Paulo?*

² A Améfrica Ladina de Lélia Gonzalez (1988) é uma proposta de renomeação política que integra as identidades negras e indígenas na chamada América Latina, apontando para um olhar criativo para a formação histórico-cultural do Brasil, a fim de demonstrar que não há apenas marcas europeias e brancas na formação da história Brasileira, pelo contrário, "é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente teve trocado o t pelo d, para aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina" (GONZALEZ, 1988 p.69).

2 Efeitos psicossociais do racismo

Para compreender as representações sociais de negros(as/es) na sociedade atual, assim como os efeitos psicossociais do racismo na história, é preciso levar em conta o sistema socioeconômico escravagista que atribuiu aos(as) negros(as/es) um lugar de mercadoria e de mão-de-obra (BAPTISTA, 1998), constituindo uma objetificação que se caracteriza pela possibilidade quase que restrita de só poder ser visto(a/e) a partir do “olhar distorcido” do outro (FANON, 2008). A categorização muito restritiva das experiências pode ser um instrumento de poder fruto do processo de colonização (LUGONES, 2014), sendo que romper com esse lugar social, com as bases concretas que o fundamentam e compreender as complexidades desses processos é um fator que desafia as relações de poder e pode ser um instrumento de emancipação.

Ao transformar o(a/e) negro(a/e) africano(a/e) em escravo(a/e), a sociedade escravagista demarcou para a pessoa negra uma posição de subalternidade em relação ao branco e modos de interação atravessados pela raça, definindo também o que é raça a partir do racismo (SOUZA, 1983). Desse modo, é preciso analisar os efeitos psicossociais do racismo a partir de uma perspectiva histórica, pois o racismo e a racialização, contidos na situação colonial, fazem parte de um processo de dominação mais abrangente: “a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo europeu” (FAUSTINO, 2018, p.152).

As vivências nas sociedades escravocratas se deram de diferentes maneiras nos diversos territórios e tiveram suas especificidades, como por exemplo em relação às mulheres negras que sofriam o duplo fardo do racismo e do sexismo ao serem forçadas a trabalhos manuais pesados, sofrerem tortura e violência sexual recorrentes (DAVIS, 2016). Tais mulheres negras tinham um papel multidimensional no interior da família e da comunidade da população escravizada como um todo e esse quadro se assemelha a experiências de mulheres negras na sociedade atual, que são trabalhadoras secretas no processo de produção capitalista e têm seu modo de produção silenciado. Essa dinâmica social possui consequências psicológicas/psicossociais, tais como: terem que se mostrar fortes para que suas famílias e comunidades possam sobreviver; o cansaço em lidar com o fardo múltiplo do trabalho assalariado, da tarefa doméstica e do cuidado com as crianças; e uma personalidade assombrada pelo sentimento de inferioridade, fruto desse lugar em que têm sido colocadas na relação com o trabalho (DAVIS, 2016).

Esse processo de mercantilização e objetificação de negros(as/es), é também um processo de desumanização na medida em que para o(a/e) negro(a/e) a humanidade é apresentada como associada diretamente aos aspectos do que é identificado com o branco (FANON, 2008 : BAPTISTA, 1998). Ao buscar a si mesma no outro, a pessoa negra encontra um “espelho deformante” e tal aspecto, para Frantz Fanon (2008), indica não só a alienação

do negro, mas também do branco, na medida em que o branco lança para o negro o que é dado como “da natureza”: o emocional, o corpo, as crenças; em oposição ao que é construído como sendo do branco: a racionalidade, a humanidade. Assim, o que é universal é associado ao branco, enquanto há uma não universalização do negro, cristalizado no corpo desumanizado.

O esquema corporal da pessoa negra é também retaliado: cor da pele, tipos de cabelo; e esses processos de desumanização fazem com que idealizem para si um esquema corporal que não é seu (BAPTISTA, 1998), ou seja, tanto para afirmar-se quanto para negar-se, atravessado por aspectos sócio-históricos, o(a/e) negro(a/e) é levado(a/e) a tomar o branco como referencial (SOUZA, 1983).

Em termos de sociedade brasileira, tal dinâmica descrita revela um esforço de branqueamento no qual o branco é tido como modelo universal de humanidade para outros grupos raciais. Entretanto, esse é um processo forjado por uma elite branca que carrega uma herança colonial e não um problema do negro que, desconfortável com sua condição, busca identificar-se com o branco (BENTO, 2002). O branqueamento é, portanto, um projeto de poder que se revelou ao longo da história do Brasil, como por exemplo quando, ao longo do século XIX, a questão racial operou no discurso nacional e a miscigenação se tornou um projeto violento de embranquecimento e genocídio da cultura e dos traços negros no que se buscava como uma identidade nacional, ocultada pelo racismo científico e por noções falseadas de uma democracia racial harmoniosa (SCHWARCZ, 1993).

Esses processos de silenciamento, genocídio e epistemicídio desumanizam e, ao desumanizar, provocam traumas. Grada Kilomba (2019), ao abordar o trauma colonial, remete à imagem da plantação como uma história coletiva (da escravização, colonização) que foi memorizada em relação a um passado traumático, marcado por eventos violentos, que se reatualiza nas vivências do racismo cotidiano.

Tais traumas podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva do trauma psicossocial, que Ignacio Martín-Baró (1990)³ apresenta como a cristalização traumática (em pessoas e grupos) das relações sociais desumanizadas. O autor compreende o trauma como uma ferida, uma vivência que afeta as pessoas deixando marcas permanentes, sendo assim, o trauma social seria como uma ferida que provém de um processo histórico e que pode deixar afetada toda uma população (MARTÍN-BARÓ, 1990).

O termo trauma se origina da palavra grega para “ferida”, quando utilizado analiticamente se refere a um "acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade e pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p.522). Diante disso, o trauma social seria uma ferida que provém de processos históricos e que pode deixar afetada toda uma população, ou seja, é uma cristalização traumática (em pessoas e grupos) que resulta de relações sociais

³ Ignacio Martín-Baró (1990b) conceitua o termo trauma psicossocial no contexto de Guerra Civil em El Salvador. MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y trauma psicossocial del niño salvadoreño. In I. MartínBaró (Org.), Psicología social de la guerra: trauma y terapia (pp.233-249). San Salvador: UCA Editores. 1990b

desumanizadoras (MARTÍN-BARÓ, 1990).

Há, portanto, uma disputa de poder objetiva e subjetiva que se revela também nas relações raciais, no sentido de diferentes narrativas sobre ser negro(a/e) que coexistem em luta. Essa dinâmica muito tem a ver com a herança da lógica colonial: a cisão entre a imagem do colonizado e do colonizador (DU BOIS, 1998). A violência colonial gera uma duplicidade de consciência por meio da articulação de forças no imaginário do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2005; MENCHÚ, 2007; ANZALDÚA, 2005), que é expressa não só no campo individual, mas também nas dinâmicas sociais e intersubjetivas⁴ e ganha diferentes contornos a depender dos contextos históricos e localidades. Na América Latina, a denominada dupla consciência latino-americana (GONÇALVES, 2019) se constitui dentro de uma luta social, uma tensão fundante.

Essa duplicidade, o tensionamento e o conflito entre duas matrizes, é a estrutura dinâmica que caracteriza a formação das populações do continente em sua reprodução social e em sua intersubjetividade. Está presente nas relações, nos afetos e no pensamento da população do continente. Surge assim - juntamente com a modernidade colonial e com o capitalismo mundial - a dupla consciência histórica latino-americana (GONÇALVES, 2019, p. 66).

Essa disputa se revela tanto singularmente, a partir da experiência de cada um, como também nas relações sociais e intersubjetivas. As narrativas sobre ser ou não negro(a/e), em diferentes contextos, revelam um embate entre a força que possui a imagem que a colonização forjou sobre o que é ser negro (a/e) em contraponto à resistência e à existência, que ganham espaço para construir outras possibilidades de ser.

A violência contra determinados povos não é episódica e sim uma prática política central no Estado brasileiro, principalmente porque o capitalismo na América Latina se constitui a partir de um projeto de concentração de renda, que só se instituiu tendo a violência como prática política central (QUIJANO, 2005 : OLIVEIRA, 2016). O genocídio da população negra, portanto, tem base material e atende aos interesses de uma sociedade de classes (BORGES, 2016), de modo que a violência e o apagamento/ocultamento das histórias e memórias de afirmação da população negra são também modos de exercício de poder e de dominação, um epistemicídio (SANTOS, 1997 : GROSFÓGUEL, 2016).

Tais aspectos também podem ser compreendidos como provocadores de sofrimento psicossocial, que é a relação entre o psíquico e o social determinada por relações históricas. Tais sofrimentos podem ter modos de elaboração variados, como formulações patológicas e reações intersubjetivas à dominação, como: desrespeito, humilhação, preconceito; ou podem se dar como formulações críticas na direção da resistência e da criatividade enquanto ações rumo à emancipação social, como: o reconhecimento recíproco e a capacidade de realizar

⁴ Intersubjetividade interpessoal é o campo das relações construídas nas interações entre organismos e sujeitos individuais, dos gestos dirigidos a outros e que estão na base do que vem a se constituir como significado compartilhado. G. Mead (1910) descreve a intersubjetividade a partir da compreensão da sociedade como realidade subjetiva e a partir da noção de um Outro na formação do self (FAAR, 1980 apud COELHO JR; FIGUEIREDO, 2004 : MEAD, 1910 : PAIVA, 2008).

atividades coordenadas e estéticas. Ou seja, podemos considerar dois caminhos de análise: o grau de utilidade da irracionalidade do sofrimento; e por outro, a elaboração que leva da reação à resistência (GALEÃO-SILVA, 2017).

O esforço de elaboração dos sofrimentos no sentido de resistência e de criatividade se dá também porque a história de sofrimento não é a única história da população negra. Tê-la como possibilidade restrita de existência é uma violência que impede a complexidade de existir. Nesse sentido, acrescento os apontamentos de Renato Nogueira (2012) sobre a ética do conceito *Ubuntu* que carrega concepções sobre modos de existir coletivamente:

Ubuntu pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”. A máxima zulu e xhosa, *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas) indica que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. A desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas. O que significa que uma pessoa precisa estar inserida numa comunidade, trabalhando em prol de si e de outras pessoas. A ideia de *ubuntu* atravessa, constitui e regula inúmeras comunidades africanas bantufonas (NOGUERA, 2012).

Esse conceito aponta para a importância daquilo que é comum, para a possibilidade de se humanizar e também de ser desumanizado, somente através das experiências sociais. Nesse sentido, é importante destacar que há um entrelaçamento entre individualização e socialização que aponta para a importância dos grupos sociais na vida dos indivíduos, de modo que "os sujeitos, em especial ali onde o status de sujeito de direito lhes é negado na consciência pública, frequentemente dependem da participação em grupos sociais os quais lhes asseguram uma espécie de respeito compensatório" e reconhecimento (HONNETH, 2013, p.66). Mas também é preciso destacar que, a partir de Fraser (2002), a busca por reconhecimento precisa ser composta por processos de redistribuição do capital nas lutas por justiça social, a fim de promover mudanças efetivas na realidade social.

3 Saúde e relações raciais no Brasil

Para ampliar as compreensões sobre saúde, destaco a definição sobre Determinantes Sociais da Saúde (DSS) que, para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), são "os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população" (BUSS & FILHO, 2007, p.78). Também fatores como: orientação sexual, geração, violência, opressão e território em que se vive, estão relacionados à dimensão social da saúde (GAMA et. al, 2014 : MCLEIGH & KILMER, 2017).

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), enquanto um compromisso do Ministério da Saúde para o combate às desigualdades e promoção da saúde integral da população negra por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), demonstra que as iniquidades em saúde são compreendidas enquanto resultados de processos socioeconômicos e culturais injustos – dentre elas o racismo - que contribuem para o adoecimento e mortalidade da população negra brasileira (BRASIL, 2017). Trata-se, portanto, de uma importante política que tem sido implementada no SUS, entretanto, é preciso considerar as especificidades regionais e os diferentes empecilhos para a sua operacionalização no cotidiano dos serviços.

Entre as estratégias e responsabilidades de gestão da PNSIPN, quando em relação à saúde mental, encontra-se:

- V - O fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social;
- VI – fortalecimento da atenção à saúde mental de mulheres e homens negros, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas; (BRASIL, 2017, p.33)

A relação entre a população negra e a saúde mental é complexa e multifacetada ao longo da história do Brasil, essa história não se inicia com o racismo científico, mas vem desde o período do Brasil colonial, com a sociedade escravagista que tornou os negros de diferentes países africanos em pessoas escravizadas no Brasil, retirando sua posição de sujeito e demarcando um lugar de submissão atrelado ao que é denominado como raça a partir dessa relação de poder (SOUZA, 1983: DAVID, 2018).

Diante da complexidade do modo como as relações raciais atravessam o campo da saúde mental, nesse capítulo utilizarei a organização temporal e o recorte de Santos, Shucmam & Vieira (2012) - em diálogo com outras literaturas. Santos, Shucmam & Vieira (2012) apontam para três momentos históricos mais especificamente sobre o pensamento psicológico brasileiro em relação às relações étnico-raciais, tal que constitui um recorte temático desse campo que pode contribuir para uma percepção sobre os efeitos psicossociais

do racismo atualmente.

Um primeiro momento, nomeado pelos autores como biológico-causal, situa-se entre o final do século XIX e o início do século XX e é muito marcado pelo modelo médico e por questionamentos quanto ao processo de miscigenação. Esse momento foi composto por um “discurso de degeneração da raça que tem como seu eixo central o problema negro” (SANTOS, SHUCMAM & VIEIRA, 2012, p.169), diante do qual a psiquiatria do momento foi convidada a dar respostas, inclusive o médico Raimundo Nina Rodrigues, que elaborou conceitos sobre o retrocesso econômico da Bahia associando-o à grande presença de negros e mestiços. Estes são fatores que demonstram aspectos do racismo científico e das teorias eugenistas que estão refletidas na associação da loucura à população negra brasileira ao longo da história, e também das atribuições negativas ao(à) negro(a/e), gerando uma série de violências (MACHIN e MOTA, 2019 : SANTOS, SHUCMAM & VIEIRA, 2012).

Ainda sobre esse período enfatizo o trabalho de Juliano Moreira, pesquisador e médico baiano negro, personalidade importante para a construção da psiquiatria brasileira, precursor da psicanálise no Brasil e importante figura que contribuiu para a reforma psiquiátrica brasileira. Juliano tem sua trajetória marcada pela discordância à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, e ao que supunham ser uma contribuição negativa dos negros na miscigenação. Assim, no século XIX, surge Juliano Moreira defendendo uma posição que era minoritária nesse período, divergindo em suas ideias também do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues. Juliano Moreira se contrapôs a noções eugenistas, essencialistas e ao racismo científico, defendendo que os distúrbios psíquicos seriam causados por determinantes sociais e não por conta de elementos étnico-raciais ou relativos ao clima tropical (ODA & DALGALARRONDO, 2000: PRESTES, 2020). Ao enfrentar o racismo científico, Juliano Moreira analisou os efeitos da colonização sobre a saúde mental no Brasil e enfatizou como questões de classe provocam assimetria nos cuidados em saúde (PRESTES, 2020).

Um segundo momento destacado por Santos, Shucmam & Vieira (2012) situa-se entre 1930 e 1950 com a introdução da psicologia no ensino superior, possibilitando críticas ao pensamento psicológico vigente, combatendo noções de determinantes genéticos das diferenças e apontando para aspectos culturais, socioeconômicos e educacionais que atravessam os processos de socialização.

Na década de 1970, há o início da reforma psiquiátrica brasileira, sob grande influência da conjuntura do momento com a experiência italiana da Reforma Psiquiátrica Democrática, quando houve o processo de fechamento coletivo dos hospitais psiquiátricos e o processo de desinstitucionalização (PASSOS, 2018). Dentre as muitas inquietações desse momento, algumas delas se referiam aos questionamentos de profissionais de saúde mental sobre o modelo centrado na atenção hospitalar e na prescrição de medicamentos e sobre a naturalização das violações de direitos humanos presentes nos hospitais psiquiátricos (PASSOS, 2015).

Reivindicações de movimentos negros e de movimentos de mulheres negras lutaram e lutam por maior e melhor acesso à saúde pública, chegando a participar dos processos que culminaram na Reforma Sanitária e na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, apesar da participação desses movimentos na construção dessas políticas, essa não foi suficiente para inserir, nesse sistema, mecanismos eficazes e abrangentes de superação das barreiras que a população negra enfrenta em relação ao acesso à saúde (WERNECK & IRACI, 2016).

Já o terceiro momento do pensamento psicológico brasileiro em relação às relações étnico-raciais é caracterizado por Santos, Shucmam & Vieira (2012), como os estudos sobre branqueamento e branquitude, a partir da década de 1990, com um enfoque para compreender o branco enquanto sujeito racializado, e a construção da identidade do branco a partir dos processos históricos de relações de poder. Isso porque, segundo Cida Bento (2002), é preciso associar a desigualdade racial no Brasil à discriminação racial como um sinal de branquitude, para romper com as relações de poder que se erguem sobre o silenciamento do branco.

Assim, nota-se que as relações raciais atravessaram de diferentes maneiras o pensamento psicológico brasileiro, tanto a partir do racismo científico, com teorias que fortaleciam noções eugenistas, diante das quais se levantaram importantes vozes de combate; como também por meio das marcas que deixaram em movimentos populares de saúde compondo um cenário em que se fez necessário compreender o caráter relacional e estrutural do racismo, sem individualizar processos. Este é um desafio que se estende até os dias de hoje: considerar a dimensão psicossocial, estrutural e as intersecções do racismo para embasar intervenções em educação e saúde no sentido da transformação dessa realidade.

4 Educação das Relações Étnico-Raciais e modos de expressão do racismo

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas no Brasil fazem parte da pauta de políticas afirmativas do governo federal, que consiste em políticas de reparação, valorização e reconhecimento da cultura, história e identidade de afrodescendentes. Por Educação das Relações Étnico-Raciais compreende-se a articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e movimentos sociais para a reeducação das relações entre negros(as/es) e brancos(as/es) (BRASIL, 2014). Entretanto, segundo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), no Brasil há grandes desafios para a ERER, desafios esses que estão situados em razões históricas e ideológicas.

O processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais se dá a partir de mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, para que "se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de ser aceitas posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais" (SILVA, 2007, p.490). Entre os princípios da ERER estão a consciência política e histórica da diversidade, a fim de combater o racismo e as discriminações, pois a educação das relações étnico-raciais é também sobre cuidar das identidades, das trocas entre diferenças culturais e relações de poder (SILVA, 2007).

Nós, brasileiros oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos (SILVA, 2007, p.491)

Segundo Cavalcante (2018), a escola tem um importante papel na construção identitária dos (as/es) estudantes, também em relação a uma identidade racial tal que se desenvolve nas relações, em um processo coletivo. Tais relações raciais são marcadas por conflitos, reconhecimentos e momentos que proporcionam reflexão crítica.

A construção da identidade negra precisa ser discutida, valorizada e reconhecida no espaço escolar. **Pois todo o processo da identidade negra confronta com a realidade da nossa sociedade, enfrentando o racismo e o preconceito.** Assim, de acordo com Carvalho (2012) a instituição escolar é um espaço social no qual os adolescentes compartilham significados, referências, representações e outras práticas identitárias presentes nas sociedades. (CAVALCANTE, 2018, p.14, grifo meu)

Segundo Kabengele Munanga (2005), resgatar a memória coletiva e histórica da comunidade negra, não é algo que importa somente para estudantes negros (as/es), mas

também para estudantes de outras ascendências étnicas-raciais, pois tais memórias não pertencem somente à população negra e devem integrar o que é tido como "universal", pois fazem parte de uma identidade nacional.

Há uma ideologia racial presente no cotidiano escolar que, segundo Nilma Lino Gomes (1996), se revela através de frases naturalizadas no imaginário e na prática da escola e que estão presentes desde o desenvolvimento da carreira docente dos(as/es) professores(as). Isso ocorre porque teorias racistas presentes no cotidiano escolar não surgem espontaneamente na escola, mas possuem um aspecto histórico, se retroalimentam e persistem na prática social e escolar (GOMES, 1996).

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. **A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições.** O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as. (GOMES, 1996, grifo meu)

É preciso compreender a escola brasileira atravessada pelas relações raciais e sociais que fazem parte da construção histórica e cultural do país (GOMES, 2005). A escola, entendida enquanto um importante território e palco de diversas relações sociais, ganha dimensões importantes para os(as/es) estudantes, como espaço repleto de significados. Não é um simples local dado à priori, mas um lugar construído dinamicamente com tudo o que lhe acontece (OLIVEIRA & FONSECA, 2006, p. 137).

É preciso destacar a amplitude da escola enquanto território, no sentido da relação com as tecnologias que integram o cotidiano e medeiam relações sociais, sendo que o celular “apresenta-se, de modo marcante, como uma dimensão central para entender as práticas e a condição juvenil” (SILVA, 2019). Assim, o território ganha novas formas que integram as relações dos(as/es) estudantes.

Atualmente, as questões relativas à discriminação e às diversas formas de violência se complexificaram com o intenso uso da internet, que pode ser um espaço de experiência pessoal e exposição indireta à discriminação racial na internet e exposição mediada online à realidade racista (KEUM, 2017).

Conforme Dossiê Intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital, quando fazendo menção à raça negra, 97,6% das menções encontradas foram negativas e apenas 2,1% foram positivas, a maioria das menções estavam veladas no vocabulário utilizado, além disso foram encontrados também alguns comentários que tentavam desconstruir posicionamentos racistas (AGÊNCIA NOVA/SB, 2016). Estudos indicam que tanto o racismo explícito como o racismo encoberto circulam no ambiente virtual e um dos aspectos que possibilita maior exercício dessas práticas racistas é o fato de que a internet pode oferecer uma sensação de anonimato, permitindo que as pessoas se expressem de formas que não necessariamente fariam publicamente (KETTREY; LASTER, 2014). Tais aspectos apontam para a importância

de intervenções no campo das relações sociais na escola, abrangendo também as interações virtuais, a fim de diminuir as discriminações raciais entre adolescentes escolares.

5 Fundamentações teórico-metodológicas

5.1 *Psicologia Comunitária e a Pesquisa Ação Participante*

A psicologia comunitária tem como parte de sua definição a participação ativa da comunidade como agente ativo com voz e veto. Esse aspecto faz de mim tanto a pesquisadora quanto a psicóloga em um lugar de transformação social, nesse sentido é preciso haver o compartilhamento de conhecimentos entre atores sociais da comunidade e pesquisadora para produzirem conjuntamente saberes e interpretações de mundo. A psicologia comunitária visa apreender potencialidades psicossociais na comunidade e incentivá-las, propondo uma mudança no modo de compreender a realidade, interpretá-la e transformá-la, a fim de compor uma psicologia para a transformação individual e social. Trata-se, portanto, de uma pesquisa com atores sociais que produzem conhecimento constantemente; pessoas que pensam, atuam e podem transformar suas realidades (MONTERO, 2004).

O campo de ação da psicologia comunitária é constituído pela comunidade, como grupo social complexo, formado por uma intrínseca rede de relações psicossociais. Diante disso, o método para o estudo da comunidade é como um sistema de ação para investigar e intervir com o objetivo de produzir transformações e isso precisa ser feito a partir de uma perspectiva crítica (MONTERO, 2006). Ou seja, tanto a elaboração de instrumentos como a discussão de resultados devem assumir e respeitar a diversidade de uma comunidade, compreendendo as necessidades, tendências de opiniões e interesses que existem nela.

Algumas premissas são apontadas por Fals Borda (1959,1981) e organizadas/interpretadas por Maritza Montero (2006), para a orientação da Pesquisa Ação Participante (PAP), sendo elas: Autenticidade e compromisso; Antidogmatismo; Socialização do conhecimento produzido; Autoinvestigação e controle da comunidade; Compromisso dos Agentes de Mudança; Flexibilidade nos Planos de Trabalho; Participação; Ação - Reflexão - Ação; e o Saber popular.

O compromisso com a comunidade é um aspecto necessário para que haja o esforço da conjunção de saberes (populares e científicos), a fim de produzir um novo conhecimento a partir de ambos; cabendo à pesquisadora buscar abandonar a rigidez dogmática e abrir-se para um encontro e escuta mais autênticos. Para essa construção, é fundamental a participação ativa da comunidade e o compromisso com mudanças, produzindo conhecimento útil à comunidade e para isso, é preciso haver flexibilidade na estruturação dos objetivos e adaptação às necessidades comunitárias, pois não se trata de confirmar hipóteses, mas sim, de produzir transformações (MONTERO, 2006).

Tal metodologia está relacionada a compreensões psicossociais da realidade, pois, segundo Galeão-Silva (2017), a relação entre o psíquico e o social é mediada por

determinações históricas e a sociedade define tanto a existência das condições psicológicas, as mediações (linguagem, cultura, capital), como também os movimentos resistentes à dominação.

Assim, a Psicologia Comunitária pode ser compreendida como parte de uma Psicologia Social Crítica⁵, tal que busca descrever "as condições psicossociais das periferias do capitalismo e a reconstrução normativa por meio do reconhecimento recíproco formado na memória e na interação social" (GALEÃO-SILVA, 2017, p.92).

A proposta de reconstrução do materialismo histórico a partir de suas bases normativas permitiu uma recuperação da crítica nas interações, o que inclui a estética e aspectos das ações instrumentais. Esta ênfase identificou uma relação menos determinada das estruturas sociais com as dimensões particulares por entender que a história se estende para a "integração social" por meio de experiências sociais. Essas experiências têm um núcleo normativo comum. Para essa teoria, o papel da normatividade passa a ser central para a regulação e os conflitos sociais. (GALEÃO-SILVA, 2017)

A partir de Honneth (2003) tem-se que a dimensão sociológica e psicológica da realidade são marcadas pela luta por reconhecimento, sendo que a dimensão psicológica é, por si só, intersubjetiva (GALEÃO-SILVA, 2017). A gramática dos conflitos sociais por reconhecimento é marcada por questões de identidade, cidadania, direitos humanos (ibid.) e, segundo Honneth (2003), tais conflitos aparecem a partir de três dimensões: a integridade do corpo e do afeto, o respeito, e o reconhecimento recíproco com potenciais de ação.

Quanto à dinâmica de se reconhecer a partir dos grupos, é importante que não ocorra o que Fraser (2002) identifica como reificação das identidades coletivas. Tal reificação é caracterizada pela autora como um dos problemas que ameaçam a justiça social no contexto de globalização, pois um modelo apenas identitário de lutas sociais pode conter noções esclarecedoras sobre os efeitos psicológicos do racismo, sexismo, colonização e imperialismo cultural, entretanto, tende a reificar as identidades do grupo e ocultar eixos entrecruzados de subordinação. Nesse sentido, Fraser (2002) aponta para a necessidade de uma concepção bidimensional da justiça social que abarque tanto o processo de reconhecimento, como o processo de redistribuição:

O que é preciso é uma concepção ampla e abrangente, capaz de abranger pelo menos dois conjuntos de preocupações. Por um lado, ela deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de estatuto. Rejeitando formulações sectárias que caracterizam a distribuição e o reconhecimento como visões mutuamente incompatíveis da justiça, tal concepção tem de abrangê-las a ambas. (FRASER, 2002, p.11)

⁵ No texto referência (GALEÃO-SILVA, 2017), o autor reconhece outras definições de psicologia social crítica (FREITAS 1998; GUARESCHI, 2005; LIMA; CIAMPA, 2012), mas se atém a compreensões sobre esta a partir da noção de psicologia social crítica (kritischem Sozialpsychologie) apresentada por Theodor Adorno (1970)

Nesse sentido, os Direitos Humanos são um importante aspecto normativo nas relações sociais que precisam ser considerados em sua complexidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1997), uma compreensão multicultural dos Direitos Humanos está marcada por três tensões dialéticas: 1- tensão entre regulação social e emancipação social; 2- tensão entre Estado e Sociedade Civil; 3- tensão entre Estado-Nação e o que é denominado por globalização.

Estes são aspectos importantes para compreender como os direitos humanos têm sido compreendidos nos dias de hoje, pois na forma como são entendidos de maneira geral atualmente, os direitos humanos são “uma espécie de esperanto que dificilmente poderá tornar-se na língua cotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões do globo” (SANTOS,1997, p.30). Diante disso, coloca-se como desafio que o discurso dos direitos humanos esteja acessível para a população, atravesse as intervenções em saúde e que sejam efetivados e garantidos pelo Estado.

5.2 Vulnerabilidade e Direitos Humanos

O quadro da Vulnerabilidade e Direitos Humanos assume no Brasil bases epistemológicas e técnicas no sentido da reconstrução das práticas de saúde, ampliando as perspectivas de saúde. O estigma e a discriminação, dentro dessa perspectiva, colaboram para o impedimento à proteção e à garantia dos direitos, dentre eles, o direito à saúde e à educação. A noção de vulnerabilidade amplia as compreensões individuais dando visibilidades para aspectos políticos no cuidado em saúde (AYRES, PAIVA & BUCHALLA, 2012).

o quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos (V&DH). Sistematizado e validado internacionalmente justamente ao longo da construção da resposta global à aids nos anos 1990 (GRUSKIN; TARANTOLA, 2012; MANN; TARANTOLA, 1996; MANN; TARANTOLA; NETTER, 1992), o quadro V&DH ampliou significativamente as perspectivas biopsicossocial e sociopsicológicas que cresceram com a nova promoção da saúde. Ao aprofundar a compreensão dos determinantes sociais da saúde, concebeu-se a vulnerabilidade individual e social ao adoecimento como inextricavelmente integradas a uma dimensão programática – uma dimensão institucional e política produtivamente analisada pelo quadro dos direitos humanos (GRUSKIN; TARANTOLA, 2012; MANN; GRUSKIN; GRODIN; ANNAS, 1999) (PAIVA, 2017).

A noção de vulnerabilidade, nessa teoria, é compreendida através de três dimensões: a individual, a social e a programática. A dimensão individual se dá a partir da intersubjetividade, como identidade pessoal construída permanentemente nas relações com o outro. A dimensão social se dá no contexto de interação, sendo espaços de experiência concreta e intersubjetivas, atravessados por poderes, normativas, relações culturais, crenças religiosas, relações raciais e de gênero etc.; e a dimensão programática, como forma institucionalizada de interação, segundo os padrões de cidadania operantes (AYRES, PAIVA &

BUCHALLA, 2012).

Assim, o foco da orientação se faz menos nas identidades pessoais e sociais e mais nas relações sociais que estão na base das situações de vulnerabilidade, negligência e violação de direitos humanos (AYRES, PAIVA & BUCHALLA, 2012). Diante disso, é importante destacar que para se construir uma abordagem em direitos humanos em diferentes campos de atuação é preciso dar ênfase para a participação social, como modo de busca por justiça social (GRUSKIN & TARANTOLA, 2012).

5.3 Interseccionalidade como categoria analítica

Para compreender os efeitos psicossociais do racismo é importante levar em consideração os sistemas de dominação de raça, gênero e classe em convergência (CRENSHAW, 1991), além de outras intersecções (como orientação sexual, lugar onde se mora, idade, religião etc.) para uma compreensão integral das experiências pessoais e coletivas, na qual se evidencie as múltiplas formas de discriminação (CRENSHAW, 1989). Para isso utilizo da conceituação de interseccionalidade, como epistemologia e método de análise das cenas descritas, buscando um olhar que se propõe político, gendrado e racializado (CARDOSO, 2012). Para a efetivação desse olhar, também utilizo de epistemologias diversas, como não acadêmicas, que expressem outras narrativas da história, pois:

(...) os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia (ANZALDÚA, 1980, p. 229).

O termo interseccionalidade tem sido amplamente utilizado nas produções acadêmicas para designar diferentes aspectos das congruências de opressões e discriminações. Da mesma forma, a interseccionalidade também tem contribuído significativamente para o campo da saúde pública, no qual os determinantes sociais e disparidades em saúde são abordados cada vez mais a partir de perspectivas interseccionais (COLLINS; BILGE, 2016 apud COLLINS 2017).

Entretanto, a emergência da interseccionalidade no vocabulário e nas pesquisas dentro da comunidade acadêmica, por vezes tem significado o esvaziamento do sentido político do termo, de modo que muitas práticas nomeadas como interseccionais vão contribuindo para o apagamento e para a invisibilidade do protagonismo das mulheres negras na construção desse conceito, que tem um caráter analítico, sistêmico e político (BUENO, 2019).

Segundo Patricia Hill Collins é possível compreender a interseccionalidade enquanto um marco teórico crítico, enquanto uma ferramenta analítica para analisar identidades,

enquanto contribuição teórica e enquanto paradigma de conhecimento. Também podemos compreendê-la enquanto perspectiva, conceito e método. Ou seja, há inúmeras construções a respeito de interseccionalidade, e reduzi-la à ideia de uma vertente feminista, ou a partir de uma noção que compreende a interseccionalidade como uma forma de identificar como as opressões se aprofundam em determinadas experiências, é reduzir o potencial político e crítico que a interseccionalidade apresenta (BUENO, 2019).

Na década de 1990, o termo interseccionalidade emergiu na linha entre os movimentos sociais e a academia como um termo que pretendia representar um crescente corpus de produções intelectuais e ativistas. Entretanto, nesse caminho de emergências, foram desconsideradas importantes contribuições dos movimentos sociais para a construção dessa conceituação; bem como, as ideias associadas aos estudos de raça/classe/gênero da década de 1980 (COLLINS, 2017).

No texto *Mapping the Margins*⁶, Kimberlé Crenshaw (1991) utiliza o termo interseccionalidade enquanto uma conceituação para descrever as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de mulheres negras. Segundo Patricia Hill Collins (2017), as histórias que narram a emergência da interseccionalidade frequentemente declaram Kimberlé Crenshaw, intelectual feminista afro – americana, como a autora do termo, entretanto, importa ressaltar que:

Crenshaw não foi uma militante nos movimentos sociais, mas estava intimamente familiarizada com o trabalho por justiça social dos movimentos. Nesse sentido, Crenshaw foi idealmente posicionada na convergência dos estudos de raça/ classe/ gênero na academia, assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para a mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da interseccionalidade (COLLINS, 2017, p.7).

Ainda segundo Collins (2017), o artigo de Crenshaw aponta não necessariamente para um ponto de partida da conceituação sobre interseccionalidade, mas aborda como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos 1990 na incorporação desta conceituação pela academia, afastando-se dos movimentos sociais.

Um exemplo de como essa conceituação foi construída ao longo do tempo pode ser encontrada no texto *“Learning from de outsider within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought”*⁷, no qual Patricia Hill Collins (1986) discute o que denomina como *multifaceted oppression* que foi traduzido pela terminologia como: simultaneidade de opressões. Outro exemplo encontra-se no texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, de Lélia Gonzalez (1984), que descreve o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, apontando para a complexidade das experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres negras. Ou seja, há uma diversidade nas formas como essa questão aparece.

⁶ Mapeando as margens

⁷ Traduzido por Juliana de Castro Galvão para: "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro" de modo que, aponta a tradutora que O termo outsider within não tem uma correspondência exata em português. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro” (COLLINS, 2016)

Nessa complexidade da conceituação do termo, importa compreender a interseccionalidade como produção conceitual, analítica e política que é fruto do trabalho de diversas mulheres negras intelectuais e ativistas em diferentes países; importa entender que essa conceituação é fruto de um processo histórico de construção coletiva de ideias e práticas.

Como dito anteriormente, por ter uma potência conceitual e analítica, a interseccionalidade tem sido utilizada em produções na área da saúde, mas de formas diversas e pouco aprofundadas em sua conceituação e historicidade. Por esse motivo, produções (brasileiras e internacionais) utilizaram a conceituação de congruência entre diferentes aspectos como raça/etnia, sexo, geração, orientação sexual, identidade de gênero etc., seja nas análises, na escolha metodológica dos participantes, seja tendo como tema a própria relação entre os marcadores.

O uso da perspectiva interseccional nas pesquisas possibilita compreender, por exemplo, a marginalização de pessoas bissexuais negras (Bisexual people of color - BPOC) (GHABRIAL et.al, 2018); a experiência de objetificação sexual (sexual objectification experiences - SOE) de pessoas trans negras (transgender people of color - TPOC) (FLORES et. al, 2018); aspectos sobre a saúde mental de pessoas LGBTQ negras (LGBTQ People of Color - POC) (SUTTER e PERRIN, 2016); bem como, as vivências em saúde de mulheres negras (LEWIS, 2017; STEVENS - WATKIN et al, 2014).

Ademais, evidenciando a importância analítica e política de compreender a multiplicidade de opressões e suas decorrências, destaco também a obra *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis (1983/2016), a qual apresenta uma sistematização sobre o importante papel das mulheres negras desde o processo de escravização norte-americana até o papel que elas ocupam na sociedade contemporaneamente. Destaca a autora que pesquisas ao longo da história trouxeram aspectos importantes sobre as mulheres e descreveram os processos de escravização, entretanto abordaram as mulheres negras de modo generalista e patriarcal, sem sistematizar os importantes papéis que ocuparam na história e atualmente, “o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo” (p. 17, §1). São elas trabalhadoras secretas no processo de produção capitalista, que tem seu modo de produção silenciado, produzindo o próprio trabalhador cuja mão-de-obra é a mercadoria central no sistema capitalista. Davis aponta também para as consequências psicológicas/psicossociais que esses processos provocam nas mulheres negras, como terem que se mostrar fortes para que suas famílias e comunidades pudessem sobreviver (p.232, §6); o cansaço em lidar com o fardo múltiplo do trabalho assalariado, da tarefa doméstica e do cuidado com as crianças (p. 233, §2); e uma personalidade assombrada pelo sentimento de inferioridade, fruto desse lugar em que têm sido colocadas na relação com o trabalho (p. 243, §2).

Tal multiplicidade de opressões vai se mostrando a partir de diferentes marcadores. Segundo Avtar Brah (2006), pode-se destacar a raça como um marcador inerradicável da

diferença social, de modo que é preciso compreender como a diferença racial se liga aos marcadores como gênero e classe e como afetam as pessoas, não como uma categoria unitária, mas a partir de um contexto de desigualdade nacional e internacional. Bem como, é preciso atentar-se às particularidades das experiências de mulheres em seus contextos e para as diferenças no modo como o racismo se dá pelo mundo, pois diferentes circunstâncias econômicas, políticas e culturais produzem e reproduzem diferentes formas de desigualdades. Acrescento também a importância de que tais marcadores sejam utilizados para analisar as construções de masculinidade, branquitude, heteronormatividade, entendendo que não há gênero, raça, orientação sexual naturais, que não possam ser olhados a partir dos marcadores estruturalmente construídos, que têm história e relações de poder envolvidos.

A categoria analítica da raça, portanto, pode ser compreendida também em intersecção com a construção de masculinidades. Alan Ribeiro e Deivison Faustino (2017) alegam que sistematizações sobre masculinidades negras podem ser “reposicionadas como práticas complexas e polissêmicas, como processos sócio - históricos ambivalentes, como relações de poder e práticas culturais contextuais, como processos de subjetivação multifacetados e como experiências tensas, difusas e diversas de socializações” (p. 176). As complexidades apresentadas pelos autores nos estudos sobre diversas formas de abordar as masculinidades negras apontam para a complexidade também das vivências, das intersubjetividades e da necessidade de que as narrativas não sejam dicotômicas ou simplificadoras das experiências vividas, para que não haja “o perigo de uma história única”. María Lugones (2014) aponta que "a crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade". Assim, segundo a autora, o aparato da modernidade categoriza as experiências e as pessoas, dicotomizando e restringindo o ser a uma lógica “categorial”. Dessa forma, para compreender as experiências é preciso ir além das “caixas”, a fim de apreender as complexidades e cruzamentos que vão conformando as possibilidades de ser.

Esse cruzamento de experiências pode ser compreendido também a partir do conceito de encruzilhada. A encruzilhada tem diferentes significados para diversos povos ao longo da história e ao redor do mundo, sendo um elemento importante de encontro, conflito e mistério. Segundo Luis Antonio Simas (2019), ela está presente no imaginário de diversas culturas, indígenas, grega, afro-brasileira e, até mesmo, há referências bíblicas da encruzilhada, sendo ela um lugar de encontro e do encantamento do mundo, lugar da alteridade. Ou seja, há um importante núcleo mítico no imaginário da encruzilhada em diferentes culturas e religiões, como o lugar do encontro com o outro e um mundo espiritual, de modo que a encruzilhada é também o lugar do novo, do surgimento de outras possibilidades. A imagem da encruzilhada dialoga com o imaginário proposto por Lélia Gonzalez (1984) de retomar aspectos culturais da herança negra e indígena e para

compor o importante arcabouço teórico e cultural da América Ladina (GONZALEZ, 1988) , destacando também a importância das palavras que estão presentes em nosso vocabulário, compondo a noção de pretoguês que L. Gonzalez utiliza para descrever a nossa linguagem, e a partir dela, também o nosso modo de ver o mundo.

6 Metodologia

6.1 *Explicitando os caminhos da pesquisa*

Essa pesquisa se insere em um projeto temático⁸ e teve seus caminhos compartilhados com um grupo de pesquisa, de modo que algumas de suas etapas foram construídas em parceria com outros(as/es) colegas pesquisadores(as) e também no contato com a escola e com os(as/es) pesquisadores(as) jovens da Iniciação Científica para o Ensino Médio (IC-EM), constituindo uma metodologia em movimento.

A entrada na escola e a vinculação inicial foram realizadas coletivamente com a equipe de pesquisa, no contato com a direção da escola e posteriormente com alunos(as/es) e professores(as). Esta entrada foi feita a partir de conversas com a direção da escola no sentido de iniciar uma parceria com a universidade, propondo trocas de saberes e também a aproximação dos(as/es) alunos(as/es) à pesquisa científica e à USP.

O tema do projeto temático em questão é: *“Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”*, o qual tem como um de seus objetivos: *“Avaliar o alcance e os processos pelos quais uma intervenção baseada nessa abordagem psicossocial e multicultural de direitos humanos interfere (...) nas crenças e atitudes que se traduzem em racismo e LBGTfobia e se diminui sua ocorrência no cotidiano escolar”*. Este mestrado é realizado em uma das escolas na qual se desenvolve o projeto de IC-EM que tem como tema: *“Necessidades em saúde, uso da internet e a diversidade étnico-racial, religiosa e familiar de estudantes de Ensino Médio em São Paulo”*.

A Iniciação Científica para o Ensino Médio (IC-EM) tem como objetivo: "promover a cultura científica e tecnológica em estudantes do Ensino Fundamental e Médio, mediante o desenvolvimento de projetos de pesquisa em todas as áreas" (USP MÍDIAS ONLINE).

Nesse grupo de IC-EM foram discutidos temas como: saúde, diversidade, saúde mental, discriminação (étnico-racial, de gênero e orientação sexual), internet, cuidado de si, acesso aos serviços de saúde. Também durante o processo, como parte da metodologia do Projeto Temático, foram aplicados questionários para alunos(as/es) dos terceiros anos de escolas de Ensino Médio públicas regulares e técnicas das cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba, contendo perguntas referentes às temáticas citadas. Tal aplicação de questionário foi realizada coletivamente com os(as/es) pesquisadores(as) jovens da IC-EM, conversando sobre assentimento/consentimento, produção científica e sobre os temas que seriam abordados no questionário. Os resultados desses questionários foram discutidos com os(as/es) pesquisadores(as) jovens, para que fossem interpretados coletivamente constituindo uma

⁸ PAIVA et al. Projeto Temático: Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos. 2018. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/103225/vulnerabilidades-de-jovens-asisthiv-e-a-violencia-entre-parceiros-avaliacao-de-intervencoes-psico/> acesso em 1 fev 2020. No Prelo.

conjunção de saberes (MONTERO, 2006).

As premissas da Pesquisa Ação Participante (PAP) são aspectos muito desafiadores no dia a dia do desenvolvimento da pesquisa. Desde o início da vinculação com a escola, juntamente com o grupo de pesquisa com o qual esse mestrado se articula, temos tentado prezar pelo caráter horizontal e dialógico na relação com a comunidade escolar, entretanto há importantes desafios nessa construção quanto aos limites da realização de uma pesquisa.

O processo de consentimento e assentimento junto aos(as) estudantes para a participação da pesquisa do projeto temático foi realizado progressivamente, primeiramente com a gestão da escola, fortalecendo uma parceria que se fortaleceu ao longo do processo, em seguida com os(as/es) pesquisadores(as/es) jovens da IC-EM, explicando a importância tanto do consentimento/assentimento, como da participação deles(as) na construção de conhecimentos sobre a realidade que vivem, depois com os(as/es) educadores da escola e por fim com demais estudantes, em um processo de consentimento/assentimento contínuo, sempre em transformação, necessitando ser constante consolidação.

Também no sentido de fortalecer o encontro entre a escola e a universidade pública, além da formação em pesquisa, em setembro de 2019 os(as/es) pesquisadores(as) jovens da IC-EM foram para o Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP), conhecer outras pesquisas feitas por estudantes de graduação e de ensino médio. Sobre essa experiência, os(as/es) pesquisadores(as/es) jovens relataram ter sido muito importante para que pudessem se sentir mais próximos(as/es) do ambiente da universidade pública, alguns não conheciam e não sabiam que poderiam ingressar na USP se assim desejassem, de modo que a visita ao campus e a participação no simpósio em setembro de 2020, no qual apresentaram uma pesquisa de forma virtual, ampliaram as possibilidades de planos de futuro para esses(as) estudantes.

6.2 Desenho de Pesquisa

Essa dissertação trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como metodologia a Pesquisa Ação Participante (PAP) (MONTERO, 2006) e tem como objetivo compreender os efeitos psicossociais do racismo a partir de cenas em escola pública de Ensino Médio em São Paulo.

Houve aproximação com a escola, principalmente por conta do acompanhamento do grupo de IC-EM (presencial e online) e as atividades que decorriam do manejo desse grupo, contato com direção para consentimento e criação de parceria, além de reuniões com educadores para explicar sobre o projeto e ampliar a vinculação e participação. A presença semanal na escola (antes das restrições por conta da pandemia) permitiu o contato com os(as/es) estudantes e educadores(as) e a participação em parte do cotidiano da escola.

Os materiais de pesquisa utilizados foram meus diários de campo, enquanto

elaboração escrita das vivências na escola, através de experiências como rodas de conversa, horários de intervalos, horários de almoço e principalmente dos encontros com o grupo de IC-EM. Tais encontros da IC-EM foram semanais com jovens do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio e o grupo era composto por, em média, 8 pesquisadores(as) jovens (alguns saíram, outros entraram durante o processo), 6 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, sendo 3 que se autodeclararam brancas, 4 pretos(as) e 1 parda (outros(as/es) estudantes da escola também compuseram as cenas, e serão descritos no decorrer das narrativas). Foi de grande importância a participação constante nesses grupos e ajuda na mediação de um professor parceiro que muito colaborou para todo o processo do grupo de IC-EM e para a realização da pesquisa. A partir desses encontros e de outras vivências no cotidiano escolar, foram realizados diários de campo sobre as experiências. Tais encontros foram realizados entre julho de 2019 e novembro de 2020, sendo que de julho de 2019 a março de 2020 os grupos ocorreram de modo presencial e de abril de 2020 em diante, os grupos ocorreram de modo online, devido aos cuidados para a prevenção à SARS-Cov2/COVID-19. Tanto os(as/es) pesquisadores(as) jovens do grupo de IC-EM, quanto os(as) outros(as/es) estudantes da escola das cenas descritas tinham entre 15 e 18 anos no momento da pesquisa.

Importante ressaltar o atravessamento do cenário de pandemia da SARS-Cov2/COVID-19 durante o desenvolvimento dessa dissertação. No Brasil a epidemia encontra-se bastante agravada, sendo que as aulas presenciais em escolas públicas foram canceladas desde meados de março de 2020, com retorno parcial em entre fevereiro e março de 2021, o contato com os (as/es) estudantes foi reinventado através dos encontros virtuais, a partir de março de 2020, que trouxeram outras possibilidades de se estar junto. Esse contexto agravou desigualdades e exigiu flexibilidade nos planos de trabalho, como aponta Maritza Montero (2006), como uma das premissas da PAP, pois juntamente com as discussões de temas diversos, foi preciso acolher os(as/es) pesquisadores(as) jovens em suas demandas psicossociais provocadas pelo cenário social, tais como falta de inclusão digital, dificuldades socioeconômicas, dificuldades na rotina e nos estudos, entre outras questões que geraram sofrimentos.

Em novembro de 2020, em encontro virtual com o grupo de jovens pesquisadores(as) da IC-EM, foi realizada uma devolutiva dos resultados parciais dessa pesquisa para que fossem discutidos e acrescentados/alterados pontos que achassem importantes, sendo que em setembro de 2020 houve uma devolutiva da pesquisa do projeto temático que eles (as) colaboraram. Também, em outubro de 2020 foi construída coletivamente, junto com os(as/es) jovens pesquisadores(as) da IC-EM, pesquisadores(as) da USP e escola, uma *live* sobre saúde mental que abordou aspectos de desigualdades sociais, raciais e de gênero, na qual foi possível abordar alguns pontos presentes nessa pesquisa. Tais aspectos foram realizados em consonância com os princípios da socialização do conhecimento produzido; autoinvestigação e controle da comunidade na Pesquisa Ação Participante (MONTEIRO, 2006).

6.3 Procedimento de Análise

A análise dos resultados foi realizada a partir da leitura dos diários de campo, tendo a interseccionalidade como importante categoria analítica das vivências descritas. A partir das leituras, os trechos selecionados foram sistematizados em categorias. A interpretação e análise foi construída também a partir dos encontros e reflexões provocados no contato próximo e semanal com o grupo de IC-EM, no qual foi possível abordar temas apresentados nessa dissertação, e outros temas que ultrapassaram o recorte aqui estabelecido, produzindo um saber coletivo com a participação também desses(as) estudantes e do educador que acompanhou o grupo. Ou seja, a análise foi processual e se deu no encontro. Além disso, após esquematizada a interpretação dos resultados, os(as/es) estudantes deram sugestões de aspectos a serem considerados e/ou alterados, sugeriram por exemplo, o uso "e" nas flexões de gênero após debates que tivemos em grupo, também apontaram a dificuldade na autodeclaração racial como ponto a ser abordado e aprofundado. Por fim, as cenas relatadas no diário de campo da pesquisadora foram utilizadas como unidade de análise, tal escolha surge da importância de considerar como as intersubjetividades desses(as) estudantes se dão no contexto sociocultural (PAIVA, 2012).

6.4 Cuidados Éticos

A entrada e o vínculo com a escola, bem como o acompanhamento do grupo de IC-EM discutindo os temas diversidade, discriminação (étnico-racial, gênero e orientação sexual), saúde mental, cuidado de si, acesso aos serviços de saúde foram aprovados pelo Comitê de Ética do IPUSP em 24 de Outubro de 2018 (Número do Parecer: 2.979.702), por conta da articulação ao Projeto Temático: “*Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos*” e a realização desta pesquisa em suas especificidades foi aprovada também pelo Comitê de Ética do IPUSP (Número do Parecer: 29421319.9.0000.5561). Os encontros virtuais com os(as/es) pesquisadores(as) jovens da IC-EM, por conta dos atravessamentos da pandemia de SARS-Cov2/COVID-19, bem como as discussões sobre sofrimento psicossocial e sobre os modos de viver nesse contexto, além de outras temáticas já abordadas anteriormente, foram aprovados pelo Comitê de Ética do IPUSP (“*A construção da resposta à epidemia de Covid-19 com adolescentes e jovens em vulnerabilidade social*” - Número do Parecer: 4.079.347).

7 Resultados e Discussão

A escola em que essa pesquisa foi realizada, desde o início da criação de vínculo com o grupo de pesquisa, se mostrou muito acolhedora e aberta para pensar e atuar em relação à promoção de equidade e respeito, diminuição das discriminações e cuidados em saúde entre estudantes. Segundo os (as/es) pesquisadores(as) jovens e educadores(as), as reuniões de acolhimento realizadas no início do ano letivo com mães/pais/responsáveis são importantes para discutir temas como: diversidade e discriminações, dentre elas a discriminação racial e suas intersecções. Também as atividades que atravessam o currículo escolar abordando essas temáticas e as mediações em situação de discriminação no cotidiano escolar, consideram que possibilitam um ambiente em que os (as/es) estudantes se sintam mais acolhidos. Mas, ainda assim, descrevem situações de racismo, seja na escola seja em ambiente virtual entre alunos(as/es) que aparecem na escola e precisam de atenção e intervenção, apontando para as complexidades e contradições que existem na escola enquanto espaço de sociabilidade (GOMES, 1996). Portanto, é importante que a educação para as relações étnico-raciais se dê na intervenção nas relações interpessoais, extrapolando o currículo escolar (SILVA, 2007), com a mediação dos(as/es) educadores(as) e a possibilidade de reflexão crítica construída coletivamente.

A proximidade com a escola por meio do acompanhamento constante do grupo de IC-EM permitiu que muitas das análises e interpretações apresentadas nessa dissertação se fizessem no encontro com os(as/es) estudantes, em reflexões semanais que tivemos juntos(as/es) por meios de aspectos que atravessavam tanto experiências pessoais, como o contexto escolar e social. É importante destacar que nas interações vividas e relatadas, por tratar-se de uma Pesquisa Ação Participante, meu lugar de pesquisadora era também contribuir para as reflexões levantadas pelos(as/es) estudantes, mediadas pela minha presença e a presença de outros(as/es) pesquisadores(as/es) e educadores(as).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa feita na experiência próxima. No contexto dos encontros virtuais, fatores que antes contribuíram para interpretações das situações como: o olhar; a disposição no espaço; o corpo como se apresenta e ocupa um lugar novo (como por exemplo na ida ao SIICUSP), foram por hora substituídos por outros aspectos, tais como: a voz em uma ligação telefônica; ausências nas reuniões virtuais; jovens que perdemos o contato; adolescentes que precisaram trabalhar e se distanciaram do vínculo escolar e da IC-EM; a instabilidade da conexão da internet; as câmeras desligadas na reunião virtual; postagens da escola nas redes sociais; *lives* feitas coletiva e colaborativamente; manutenção do vínculo por meio de desabafos, reflexões, compartilhamentos e risadas nas reuniões virtuais da IC-EM; além das mídias virtuais e redes sociais ganhando centralidade nas discussões como importantes espaços de sociabilidade, veículo de informações e de discussões.

Assim, estar em campo e escrever a partir dele é, segundo a antropóloga Silvana Nascimento (2019), colocar-se em questão e lidar com a afetação provocada por este encontro, pois a presença material da pesquisadora ocupa um espaço, se move de determinada maneira, é marcada por linguagem, gênero, sexualidade, raça, região e tais aspectos provocam efeitos das relações intersubjetivas. Ou seja, eu ali, como pesquisadora mulher negra jovem moradora da periferia e vinda enquanto integrante de uma universidade pública, com meu corpo afeitei e fui afetada pelas relações ali estabelecidas. Um exemplo dessa afetação pode ser visto a partir dessa cena

No fim de uma conversa com os(as/es) estudantes dos terceiros anos da escola, para explicar sobre a pesquisa que estava ocorrendo na escola e conversar sobre consentimento/assentimento, falamos sobre a aproximação entre escola e universidade pública; nós pesquisadores(as) que estávamos ali pudemos contar um pouquinho de nossas trajetórias, contei que resido não muito longe daquela escola e que fui bolsista pelo PROUNI em uma universidade particular durante a graduação e que na Pós Graduação fui para uma universidade pública. No momento de compartilhar isso com os(as/es) estudantes senti uma mistura de timidez e força porque de alguma forma sentia que poderia ser um modo de dizer a eles(as) sobre a possibilidade de estar nesses lugares que às vezes parecem inacessíveis. Um colega pesquisador negro do grupo de pesquisa também compartilhou a sua experiência, compartilhou que estudou naquela mesma escola e que estava finalizando o doutorado em uma universidade pública. Ao final, um estudante negro veio até mim, me olhou nos olhos de forma que pareceu um gesto de cumplicidade e identificação, tocou no meu ombro e disse sorrindo: "Que bom saber que você chegou lá, que é possível" (sic) e faz o mesmo gesto com meu colega pesquisador (Setembro de 2019)

A cena descrita revela que na experiência próxima, um estudante se identificou com trechos da história contada por mim e por meu colega pesquisador, apontando para a não neutralidade da minha presença ali, tanto que ao mesmo tempo que pôde despertar identificações, também despertou diferenciações. Reflexões que Simone Nascimento (2019) apresenta em seu artigo ao discutir a corporeidade da antropóloga na experiência etnográfica podem contribuir para a reflexão no contexto que aqui apresento sobre a corporeidade enquanto pesquisadora e psicóloga em uma Pesquisa Ação Participante:

Minha suposição é que esta corporeidade se encontra em um espaço-entre, em uma existência fronteiriça, que se estabelece por meio de uma experiência próxima ao longo das práticas da pesquisa de campo, e que produz efeitos distintos nos modos de fazer, pensar e escrever antropologia (NASCIMENTO, 2019, p.461)

Tendo em vista os aspectos apresentados enquanto reflexões sobre o fazer coletivo e atuante da pesquisa e compreendendo que esta presença tem a ver com os resultados aqui apresentados, parto então para as interpretações e análises das cenas.

As cenas selecionadas do meu diário de campo, a partir de análises, foram organizadas em 1-cenas que apontam para um silenciamento e desumanização, atravessados pelo racismo (no qual nota-se diferentes formas do racismo se expressar: como em ambientes virtuais, na escola, ou em contextos em que aparece como brincadeira); 2- cenas de enfrentamento das experiências de racismo e construção de outras narrativas sobre ser

negro(a/e) (sendo que tais circunstâncias de desumanização e enfrentamento coexistem e se expressam a partir de uma disputa de poder); e por fim 3- Reflexões sobre integralidade no cuidado, prevenção e promoção em saúde.

7.1 *Desumanização e Silenciamento*

Estávamos sentados próximos uns dos outros, com as cadeiras próximas. O professor dividiu em dois grupos, me aproximei de um dos grupos onde só havia meninos, que hetero-identifiquei de início como a maioria negros, e depois eles se autodeclararam (por meio de uma pergunta de um dos integrantes do grupo) verifiquei que a maioria se compreendia como negros (considerando pretos + pardos). O outro grupo era menor, tinha um menino e duas meninas. No grupo em que eu tinha me aproximado, os meninos iniciaram a conversa, um pouco tímidos. Então, falaram sobre o preconceito (denominaram assim) que existe em relação aos meninos negros quanto ao uso de drogas e tráfico, esse assunto foi pontuado mais fortemente por um menino negro de pele escura, que disse que não se tratava de preconceito, mas sim de racismo, disse que **os jovens negros não sabiam se iam chegar bem em casa, que ele não sabia se ia chegar bem em casa; disse que muitas vezes um jovem negro quando tem dinheiro sofre preconceito, porque as pessoas pressupõem que entrou para o tráfico**, que isso era complicado, porque às vezes o mundo do crime era a única opção que os garotos tinham, que eles tinham sonhos de fazer uma faculdade, porque todo mundo pode fazer o que quer fazer, pode entrar na faculdade dos sonhos, mas às vezes quando eles não veem a possibilidade disso, o mundo do crime acaba sendo uma opção. (Roda de conversa no dia da Consciência Negra - Novembro de 2019)

Os processos de desumanização das pessoas negras ao longo da história colocam negros (as/es) em um lugar cristalizado, de objeto diante do qual o desejo do outro pode imperar e operar. Esse é um processo violento que precisa ser evidenciado para ser transformado. Ao serem vistos(as/es) de modo cristalizado, como no exemplo da cena, ao serem vistos como associados ao tráfico, a partir do “olhar distorcido” do outro construído a partir da lógica colonial (FANON, 2008/1952), há uma tentativa de roubar-lhes as possibilidades de ocuparem diferentes lugares nas relações sociais.

Nessa cena é possível perceber como os fatores de serem adolescentes homens e negros se interseccionam e fazem com que esses adolescentes sejam vistos socialmente como associados ao tráfico. Alan Ribeiro e Deivison Faustino (2017), a partir de W. E. B. Du Bois⁹, destacam que o negro não é um "problema" em si, mas sim quando visto por meio do olhar branco. Os autores retomam o filósofo jamaicano Lewis Gordon¹⁰ para apontar que essa compreensão de Du Bois faz refletir sobre o que leva o negro a aparecer enquanto um problema, sendo que o problema é externo, do outro branco quando o coloca insistentemente nesse lugar.

Percebi que esse ponto ligado a crime, tráfico, foi algo que os envolveu bastante na conversa. O mesmo garoto que levantou mais fortemente esse ponto relatou que no

9 DU BOIS, Willian Eduard Burghardt. *As almas da Gente Negra*. Trad: introdução e notas, Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda ED, [1902] 1999

10 GORDON, Lewis. R. *What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought*. A Fordham University Press Publication. 2015

mesmo dia, por volta das 5h da manhã, olhou pela janela da sua casa e viu que dois rapazes negros estavam no ponto de ônibus parecendo que iam trabalhar (fala que não estavam de boné, nem outros acessórios), então viu dois policiais saírem do carro baterem nos dois rapazes e os colocarem dentro do carro, disse: **“é assim, eles desaparecem e ninguém sabe o que aconteceu, poderia ter sido eu”** (sic). Ao ouvi-lo me sinto emocionada, tinha algo de uma percepção tão lúcida em sua fala, mas também uma impotência diante de questões maiores, olho para ele enquanto fala na tentativa de escutar o compartilhamento daquela experiência que não era só dele (Roda de conversa sobre o Dia da Consciência Negra - Novembro de 2019).

Essa fixação ao único modo possível de ser é um dos efeitos do racismo, pois na medida em que aquilo que é instaurado socialmente como “bom” e racional atribui-se ao branco, fixa-se o negro no lugar do que foge à norma, depositário do “natural”: a violência, o corpo, os impulsos (FANON, 2008/1952). Esse lugar fixo é um modo de violência que desumaniza, pois tira, segundo Frantz Fanon (2008/1952), a possibilidade do não-ser, de poder ser algo além daquilo que está dado de antemão e de poder existir para além dos espelhos truncados. Esse processo de desumanização do racismo e das consequências da colonização podem gerar traumas psicossociais, sendo marcas que afetam toda uma população (KILOMBA, 1968/2019; MARTÍN-BARÓ, 1990c).

Em discussão online no grupo de IC-EM na devolutiva de dados do questionário, conversando sobre os dados de Raça/Cor, os (as/es) pesquisadores(as) jovens começaram a falar também sobre a dificuldade da auto declaração, sobre como isso é difícil no contexto brasileiro, disseram que **“deve ser muito difícil se assumir enquanto negro, em um país em que ser negro é feio”** (sic), que é preciso ter muito cuidado ao se falar de raça, até porque não é só uma questão de pele, tem muita coisa em cima disso, muito tabu (Abril de 2020).

O processo de desumanização descrito anteriormente faz com que a cor da pele, os tipos de cabelo, ou seja, os esquemas corporais das pessoas negras sejam negados, tornando difícil se apropriar de símbolos que outrora foram sinônimos de depreciação para transformá-los em símbolos de afirmação. A estética branca, em sua autoridade construída socialmente, define o que é ou o que não é belo e essa estética denomina que “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983).

Uma das pesquisadoras jovens da IC-EM, quando em conversa devolutiva sobre resultados parciais dessa pesquisa, conta que **quando era mais nova tinha muitos problemas para se aceitar, aceitar a sua cor**. Disse que **“o racismo precisa ser falado porque há quem ache que não existe! E ele é enraizado! Crescemos com as marcas dizendo: 'está cansada do seu cabelo?' E a imagem é o cabelo afro e logo em seguida aparece ele alisado! E como isso atinge a saúde mental!** (sic) (Novembro de 2020).

Segundo Ivani de Oliveira (2019) existem etapas no processo de transição capilar que apresentam aspectos psicológicos - que podem ser compreendidos também enquanto psicossociais - são esses: 1- O incômodo com os métodos de alisamento, que geram desconforto e aborrecimento; 2- A tomada de decisão, na qual surge o questionamento sobre o

alisamento capilar, compreendendo vantagens e desvantagens; 3- sentimentos variados e misturados entre agonia, apatia, isolamento mais fortes no período anterior à transição capilar e de afirmação, confiança no pós transição; 3- Mudanças no pós-transição, aceitação de si e quebra de padrões. Na cena relatada, a adolescente relata um movimento em que o racismo expresso em comentários sobre seu cabelo fazem com que o transforme para se sentir mais aceita, entretanto revela esse incômodo e desconforto ao refletir sobre essa situação.

Esta cena revela o silenciamento do racismo no cotidiano e suas consequências psicossociais que geram "marcas"(sic) que precisam ser cuidadas. Nesta fala, a estudante, ao mesmo tempo que evidencia uma dor que o racismo provocou em sua história, ao refletir criticamente sobre sua experiência, apresenta uma fala que reconhece e enfrenta o racismo, podendo olhar para a necessidade de cuidado de si. Ambas as narrativas aparecem em disputa, a dor e o enfrentamento/afirmação. Na medida que ela olha criticamente para a sua condição de adolescente mulher negra e desvela episódios cotidianos de racismo que vivenciou, evidencia e desnaturaliza violências.

Tais adolescentes dizem sobre o incômodo que existe em se deparar com uma série de discursos dos outros sobre si, e, segundo Neusa Santos Souza (1983, p.17), "uma das formas de exercer autonomia, é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado na realidade", pois tanto para afirmar-se quanto para negar-se o negro toma o branco enquanto um referencial, de modo que é preciso quebrar com o poder constitutivo dos mitos sobre o(a/e) negro(a/e) (SOUZA, 1983). É preciso viabilizar discursos sobre si que ampliem as possibilidades de ser para além da dor, das marcas e das reações às mentiras coloniais.

Levando em conta que o processo de individualização tem a ver com os modos de socialização, e como as pessoas são reconhecidas dentro dos grupos sociais (HONNETH, 2013), ao se deparar com essa visão distorcida sobre o que é ser negro(a/e), há uma dificuldade de identificação enquanto negro(a/e) e um esforço de embranquecimento que foi construído violentamente ao longo da história. Esse silenciamento simbólico e concreto, que se revela a partir das dinâmicas de branqueamento, mantém relações de poder (BENTO, 2002).

A partir da cena na qual a estudante, uma adolescente mulher negra não retinta conta que quando mais nova tinha dificuldades em se aceitar e aceitar a sua cor, pode-se refletir sobre a complexidade retratada sobre a identidade racial, dado que a miscigenação ganhou diferentes contornos na história brasileira, de modo que por trás de uma noção falseada de nação "democrática racialmente" havia violências e racismo encobertos e a exaltação à miscigenação escondia um empenho para embranquecer a nação (SCHWARCZ, 1957) em nome da busca de uma "identidade nacional".

A deturpação da estética negra é uma das faces desse processo de branqueamento. O olhar branco tem o peso de ditar normas, fazendo com que o conhecimento de si para as

peessoas negras seja por vezes um "conhecimento em terceira pessoa" (FANON, 2008, p.104) no sentido de se conhecer e ter seu valor dado a partir do olhar do outro branco, aspecto que se coloca diretamente também na relação com o corpo.

Era por volta de 12h30, os termômetros marcavam 35°, alguns estudantes da parte da manhã já tinham saído da escola e os que estudam na parte da tarde estavam chegando. Estudantes dispersos no pátio, algum barulho, a música tocava no palco e alguns dançavam. Subimos para a sala para iniciar a reunião da IC-EM (...) Ao final da reunião uma das adolescentes, que chegou mais tarde, fala com raiva sobre a sua dificuldade para entrar na escola aquele dia. **Aparenta indignação por ter sido barrada por suas roupas, em um dia que fazia muito calor.** Ela, adolescente mulher de negra, conta que ao chegar na porta da escola fora barrada pela funcionária da escola que disse que sua roupa estava muito curta, foi mandada para a diretoria. Ao perceber a situação, a adolescente conta que correu para a sala e duas das colegas para quem ela contava a história fizeram uma feição que revelava um tanto de indignação. (Setembro, 2019)

A partir dessa cena é possível refletir sobre como questões de gênero e raça podem atravessar as relações sociais e institucionais nas escolas, estando presentes em diferentes situações e necessitando de ações programáticas que envolvam tanto estudantes quanto educadores, funcionários e demais atores da comunidade escolar, a fim de abordar o racismo, o machismo e suas intersecções também em suas expressões institucionais.

Eu e o professor que acompanha o grupo de IC-EM fomos até outra sala onde estava acontecendo uma instalação. Na sala não havia mesas e cadeiras, no centro dela tinha um espaço rodeado de uma fita preta e amarela, a mesma usada pela polícia para restringir um determinado espaço. **Dentro dessa área estavam imagens e biografias de crianças, adolescentes/jovens e adultos brasileiras/os que foram assassinados nos últimos meses.** Dentre essas pessoas estavam: Marielle Franco e Ágatha Félix. As imagens estavam sobre caixotes, com velas e flores ao lado. Atrás das imagens tinha uma mesa com uma **maquete de papelão com casas coloridas onde estava escrito Favela, e ao lado tinha uma bandeira do Brasil, que estava toda cheia de tinta vermelha representando sangue,** também a palavra Ordem e Progresso da bandeira estava riscada com tinta vermelha. Senti pesar e tristeza ao passar por aquelas imagens e velas, era como um memorial. Um dos quadros estava em branco, com uma flor do lado, o professor que estava responsável disse que aquele quadro se referia a “quem seria a próxima vítima”, os alunos caminhavam atentamente pelas imagens e havia um certo silêncio. Na porta havia poemas impressos sobre racismo estrutural e genocídio. O clima na sala tinha um peso... caminhei por entre os rostos e histórias, sentindo um grande pesar, mas de alguma forma pensei que naquele momento eu pude me emocionar de fato por aquelas vidas perdidas, não só ver as notícias e falar sobre elas, mas me sensibilizar profundamente com elas, lembrar para não esquecer de lutar contra as causas delas (Cena da instalação feita por alunas e professor de artes sobre o Dia da Consciência Negra - Novembro de 2019).

O aspecto da memória sobre a população negra ser tão profundamente marcada pela dor tem a ver com o constante lugar de desumanização em que socialmente não só a população negra é colocada, mas também nossa história e produções. Por vezes a possibilidade de (re)memorar a vida e as possibilidades de ser do povo negro são substituídas pela necessidade de chorar as mortes e acolher as dores. Inclusive um dos pontos das

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004a, 2004b) é também abordar a história da África e da cultura afro-brasileira a partir de uma perspectiva positiva, que não somente de denúncia da miséria e discriminações.

Ao fazer um memorial às vidas que se foram injustamente, ao mesmo tempo que essa instalação no dia da consciência negra reitera a dificuldade em contar e rememorar histórias para além da dor, apontando no sentido de um trauma psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 1990: KILOMBA, 2019), escancara o genocídio e a violência percebidos cotidianamente por esses(as) adolescentes e jovens.

Além disso, a ausência ou dificuldade de acesso a direitos básicos como moradia, educação, trabalho, alimentação são aspectos concretos que expressam também a desumanização no sentido da restrição de possibilidades, tanto de sobreviver, como de verdadeiramente viver, criar, brincar, sonhar e imaginar outros mundos possíveis. Tais aspectos revelam que a luta por justiça social necessita não só de reconhecimento, mas também de redistribuição de recursos materiais (FRASER, 2002), ou melhor, devolução desses recursos.

Muitos são os modos do racismo se expressar no cotidiano dos(as/es) estudantes. Outra forma que ganha destaque é quando o racismo ocorre na internet e nas interações virtuais. Em uma conversa com o diretor da escola sobre o andamento do grupo de IC-EM, ele relata sua preocupação com a saúde mental dos(as/es) estudantes, apontando principalmente para algo que lhe tem chamado a atenção: as discriminações que aconteciam na escola tinham continuidade com as discriminações que aconteciam na internet, gerando sofrimento e dificultando o manejo e a mediação dos(as/es) educadores(as/es).

Conversamos sobre as questões de saúde mental que vão aparecendo na escola, ele [o diretor] mostrou-se preocupado com essa questão [saúde mental], falamos que essa foi uma demanda em várias escolas, que a pesquisa possui vários recortes e ele nos perguntou se algum desses recortes vai abordar a questão da internet, sobre o cyberbullying, pois percebeu uma continuidade das discriminações que acontecem na escola com as que acontecem na internet: **“A discriminação começa na escola e termina na internet, ou vice-versa”** (sic). (Trecho de relato da conversa com diretor da escola, na retomada das atividades após recesso – Fevereiro de 2020)

Essa cena demonstra como as tecnologias ganham lugares no contexto escolar, compõem as relações sociais e são importantes para compreender as práticas e a condição juvenil (SILVA, 2019). Em um encontro virtual com os(as/es) pesquisadores(as) jovens da IC-EM, no qual conversávamos (em devolutiva e interpretação coletiva) sobre os dados do questionário realizado com os(as/es) estudantes do terceiro ano, ao abordar os dados sobre a diversidade étnico-racial, eles(as) destacaram as discriminações que ocorrem por meio dos jogos online, redes sociais e outras tecnologias:

Um dos pesquisadores jovens da IC-EM [autodeclarado negro] lembra dos jogos da internet, diz que nos jogos têm muito racismo e que as pessoas se escondem por trás

do personagem para falar coisas muito ofensivas, as meninas lembram que **no Instagram existem filtros para deixar as pessoas mais brancas**. Uma jovem, [autodeclarada negra] lembra que nos animes é muito parecido com o que seu colega **tinha falado sobre os jogos, “cheios de racismo e misoginia” (sic); ela diz que “nos jogos a estrutura dá muito mais poder para falar” (sic). Dizem que é diferente quando é frente a frente, porque quando é ao vivo, tem uma outra pessoa que pode intermediar**. O jovem retoma a fala e diz que no futebol acontece o mesmo, e outra jovem, [autodeclarada branca] lembra que no Twitter tem também muito discurso de ódio disfarçado, ela diz que na maioria das vezes as pessoas mais velhas são as mais machistas, mas quando elas veem as pessoas da idade delas sendo machistas, elas ficam tristes também, pensando que as coisas podem não ter mudado tanto. (Relato de reunião online com jovens da IC-EM. Maio de 2020)

As discriminações raciais estão presentes no ambiente virtual no modo como as pessoas se dirigem umas às outras e no vocabulário que utilizam (AGÊNCIA NOVA/SB, 2016), a sensação de anonimato neste ambiente contribui para que as relações de poder se evidenciem e ocorram as discriminações raciais e também a ausência da mediação de outros, como por exemplo de educadores(as) caso essa discriminação ocorra entre pares na escola.

Segundo os dados do questionário realizado com alunos(as/es) do terceiro ano do projeto temático¹¹, ao qual essa pesquisa se relaciona, 71,5% dos(as/es) adolescentes do terceiro ano das escolas pesquisadas, já viram/ouviram falar que um(a) colega foi discriminado(a/e) ou sofreu preconceito por conta de sua raça/cor na internet. Esse dado e as conversas com os(as/es) pesquisadores(as) jovens apontam para a importância da internet enquanto um território de diversas relações sociais na vida desses(as) estudantes, espaço de socialização, busca de informações, mas também onde podem ocorrer discriminações.

Em discussão no grupo de IC-EM sobre atração afetiva/sexual, um pesquisador jovem autodeclarado negro diz: ‘Isso é algo que a gente leva do fundamental e as pessoas vão vendo isso como light, às vezes a pessoa se identifica como homossexual daí vem uma piadinha aqui, outra ali. Por conta do gênero e por conta da orientação sexual dela, às vezes ela é motivo de piada. De verdade, isso é muito comum, e acontece com bastante frequência. Na escola, nos jogos, na família. Às vezes é de uma forma mais sutil, quando alguém faz algo na quadra e já tem toda uma "zoação", que não deveria ser brincadeira, nem chacota, que normalmente a pessoa releva’ (sic) (...) [uma das jovens autodeclarada branca diz]: **‘Quando a gente é tratado como uma piada, a gente não quer mais fazer algo... Uma coisa é você chamar de brincadeira, mas não é brincadeira, é algo que machuca. Acho que isso de ser brincadeira precisa acabar’** (Maio de 2020).

É importante compreender o riso também a partir de sua construção social e de suas diversas funções sociais. Segundo Sandra Dahia (2008), uma das dimensões do riso é como modo intermediário de expressar o racismo, pois contorna a censura e a reflexão crítica, sendo uma mediação historicamente construída, pode ser um modo de silenciar o racismo presente no cotidiano.

No Brasil "o riso pode ser apontado como uma via frequente e significativa de

¹¹ PAIVA et al. Projeto Temático: Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos. 2018. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/103225/vulnerabilidades-de-jovens-as-ist-hiv-e-a-violencia-entre-parceiros-avaliacao-de-intervencoes-psico/acesso> em 1 fev 2020. No Prelo

expressão e consolidação do racismo" (DAHIA, 2008, p.703), estabelecendo uma sociabilidade que tem como base a desqualificação do que é colocado enquanto um "objeto risível", de modo que o discurso da "piada" racista se torna um lugar de transgressão institucionalizada, no qual sutilmente se oculta o comportamento racial socialmente aprendido, desvelando o racismo ainda arraigado nas relações sociais (DAHIA, 2008 : DAHIA, 2010).

Assim, muitos são os modos do racismo se expressar no cotidiano dos(as/es) estudantes, no território virtual, na escola, ou por meio de "brincadeiras" que desumanizam as pessoas e silenciam o racismo nas relações. Diante disso, é preciso considerar o caráter histórico e relacional dos fenômenos para que seu enfrentamento se dê enquanto intervenções nas relações cotidianas (SILVA, 2017).

7.2 Afirmação e enfrentamentos: possibilidades de reflexão, criação e transformação

A entrada da sala estava enfeitada com fitas de papel, a sala estava muito cheia, tinha um tapete vermelho no centro da sala e as cadeiras distribuídas de frente para o tapete. Os alunos pareciam animados. As paredes e a lousa da sala estavam cheias de cartazes com figuras negras conhecidas como: Angela Davis, Viola Davis, Toni Morrison, Linn da Quebrada, Beyoncé, Taís Araújo etc. Tinham muitos alunos nas carteiras, tinham muitos(as/es) estudantes nas carteiras. Sentado na minha frente estava um estudante [que hetero identifiquei enquanto negro que aparentava uma não conformidade de gênero] e na porta uma menina [que hetero identifiquei como negra], com uma blusa que estampava o black de uma mulher negra (Cena do desfile e apresentações no evento Dia da Consciência Negra - Novembro de 2019).

Nesse evento estudantes e educadores(as) buscaram resgatar referências negras que pudessem apresentar diversidades de histórias e possibilidades de ser, aspecto importante para que não haja uma história única (ADICHIE, 2009). Na cena descrita aparece um cruzamento entre ser negro(a/e) e ser LGBTQia+, ou performar uma não conformidade de gênero, aspecto que ganhou lugar nas manifestações dos(as/es) estudantes.

(...) houve uma intervenção que foi anunciada como "o grupo que vai apresentar algo diferente", então entraram dois garotos negros de mão dadas e ficaram de frente para o público, permaneceram de mãos dadas e rosto sério por alguns segundos, atrás deles entraram outros(as/es) estudantes que ficaram de costas e tinham nas camisetas folhas com palavras escritas a lápis, palavras como: empoderamento. Em seguida houve um desfile somente de alunos(as/es) negros(as/es), primeiro entraram duas meninas de mãos dadas que foram muito aplaudidas, depois dois meninos de mãos dadas que também foram muito aplaudidos (os dois que entraram de mãos dadas na intervenção); em seguida, entraram dois meninos que fizeram uma pequena performance ao desfilar, com gestos sincronizados e foram muito aplaudidos (Cena do desfile e apresentações no evento Dia da Consciência Negra - Novembro de 2019).

Em momentos como esse os(as/es) estudantes puderam se expressar criativamente,

enquanto protagonistas das suas próprias narrativas. Essa cena pode ser analisada considerando a interseccionalidade entre raça e orientação sexual, indo além das barreiras de invisibilidade e do silenciamento, no momento em que podem escolher o que apresentar em uma atividade sobre a consciência negra, performam suas experiências através do desfile, afirmando possibilidades de ser.

A dominação que se expressa na desigualdade social enquanto desrespeito, a partir do pensamento dialético, está em contradição com a sua negação: a resistência, que segundo Galeão-Silva (20017) se evidencia também através do senso de injustiça naqueles(as) que são desrespeitados. Como os sofrimentos psicossociais podem ter modos de elaboração que se apresentam ou como formulações patológicas, ou como formulações críticas no sentido da resistência e da criatividade (GALEÃO-SILVA, 2017), no desfile e nas exposições que relacionavam visões positivas e de destaque a pessoas negras, considero que havia um esforço grupal no sentido do fortalecimento de outras narrativas sobre ser negro(a/e), e de resistência a um discurso hegemônico de desvalorização do(a/e) negro (a/e).

Diante disso, os (as/es) educadores(as) tiveram um papel valioso enquanto mediadores das relações sociais na escola.

Em conversa sobre os dados de auto declaração étnico-racial respondidos pelo questionário, os (as/es) pesquisadores(as) jovens falaram sobre **ver nesta escola uma diversidade maior do que em outras escolas, e nesse sentido como se sentem acolhidos para ser quem são, que é uma escola muito diversa, que todos os conhecem pelo nome e são muito acolhedores** (Abril de 2020)

Carvalho e França (2019) relatam que muitas estratégias de combate ao racismo na escola são destinadas aos(às) professores(as), ressaltando a importância da mediação destes (as) no cotidiano escolar para que não haja o silenciamento e a ocultação do racismo, mas sim intervenções nas relações com o intuito de diminuir as discriminações.

Um outro ponto já abordado no subtítulo anterior é a questão da auto declaração racial que atravessa de diferentes maneiras o discurso dos(as/es) estudantes. Ao buscarem compreender suas identidades raciais, refletem sobre como essa é uma experiência relacional, ou seja, se veem brancos, pretos, pardos, amarelos a partir de suas histórias, mas também a partir de como são interpretados pelos outros, e compartilham sobre a dificuldade em assumir-se negros (as/es) sendo que há muitos fatores que favorecem o branqueamento.

Começam a falar sobre a dificuldade da auto declaração uma das jovens diz sobre a diferença regional na leitura racial que pessoas fazem: “quando a gente for pra fora do Brasil, a percepção da gente vai ser de latino” (sic) compartilha sua percepção de que no nordeste e no sudeste, as definições de raça são diferentes. Após essa primeira discussão a tabela e gráfico de raça/cor é apresentada, e umas das primeiras coisas que lhes chamam a atenção, é a classificação “amarelo”. Uma das jovens pesquisadora diz que durante a resposta do questionário, percebeu que alguns estudantes ficaram com dúvidas quanto à essa classificação. Não entendiam bem o que significava ser amarelo. Ela também levanta questionamentos sobre ser parda, diz que em sua certidão de nascimento estava escrito que ela era parda, e ela sempre

tomou isso como parte de sua identidade, mas conta que tem repensado sobre isso, como por exemplo, essa semana estava conversando com seus irmãos e falou que eles eram mais escuros que ela, eles disseram que não, então se colocaram um ao lado do outro e ela percebeu que era mais escura, então se assustou porque passou a vida toda achando que era a mais clara, mas não é. Depois disso um dos jovens diz que se entende enquanto negro e outra jovem disse que viu em um noticiário que a opção do IBGE por juntar pretos e pardos, é por conta das experiências parecidas desses dois grupos. Falam que é difícil entender o que é ser pardo, é algo difícil de definir. Levantam as seguintes questões: o que é ser pardo? como a gente se caracteriza como pardo? “para mim, pardo é papel” (sic). Segundo eles(as), essas questões geram muita dificuldade para se auto declarar. Completo dizendo que geram algumas questões sobre identidade, e elas concordam com essa colocação. Dizem que temos pouco conhecimento sobre essas questões raciais, e essa falta de conhecimento é algo que não nos ajuda muito a lidar com essas situações. (Conversa sobre os dados de auto declaração étnico-racial respondidos pelo questionário - Abril de 2020)

Uma das pesquisadoras jovens levanta o questionamento de que precisamos olhar para as crianças de hoje e conversar com elas sobre como elas podem se auto declarar. Ela conta, que é branca e sua irmã negra, porque o pai dela é negro e um dia sua irmã chega até ela e pergunta: “porque você é tão branquinha?”, então ela conclui o pensamento dizendo que é importante falar sobre isso desde criança. (Conversa sobre os dados de auto declaração étnico-racial respondidos pelo questionário - Abril de 2020)

A identificação racial se mostra como uma importante questão na medida em que eles(as) expressam as dificuldades em se autodeclarar racialmente e quando percebem que essa também foi uma dificuldade de outros (as/es) colegas ao responder o questionário na pergunta sobre raça/cor, sendo um processo conflituoso, que carrega reconhecimento e diferenciação quanto à representações raciais (CAVALCANTE, 2018).

Durante o período da pandemia de SARS-Cov2/COVID-19, com a necessidade de distanciamento físico para prevenção, foi preciso transformar os modos de estar junto. Nesse cenário, para o projeto consciência negra de 2021 a escola propôs uma série de *lives* que discutiam questões raciais, uma delas abordava a existência e resistências de mulheres negras e um Sarau virtual, no qual alunas e ex-alunas puderam compartilhar suas experiências enquanto negras, o enfrentamento ao racismo e a busca por oportunidades de estudos de estudos nas universidades. Se adaptando a novos cenários, a direção e educadores(as) da escola se esforçaram para manter as reflexões críticas sobre diferentes temas e impulsionar a participação e vinculação dos(as/es) estudantes nesses processos.

Nesses eventos virtuais, a educadora destaca aos(às) estudantes a preocupação em transversalizar as discussões raciais para todo o cotidiano escolar e tal aspecto é um desafio para as educação das relações raciais, pois é preciso compreender as relações interpessoais e as discriminações que ali ocorrem, para construir intervenções relacionais que a partir de uma consciência histórica das desigualdades raciais, ocorra a diminuição relações de poder fincadas nos encontros intersubjetivos (SILVA, 2017).

Um outro modo de expressão do protagonismo dos(as/es) estudantes sobre os temas que se relacionam com o seu cotidiano se deu quanto os(as/es) pesquisadores(as/es) jovens

desenvolveram uma pesquisa para apresentação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP) à qual deram o título de *"A internet que os adultos não conhecem e sua influência na vida dos jovens"*.

Nesta pesquisa desenvolvida a partir dos dados coletados com estudantes do terceiro ano de escolas de São Paulo, a partir do projeto temático e das discussões do grupo de IC-EM, os(as/es) pesquisadores(as/es) jovens apontaram que: 1- há episódios cotidianos de racismo tanto na escola, como na internet acompanhados pela dificuldade de compreensão e aceitação da própria identidade racial; 2- a discriminação de gênero e orientação sexual é apresentada também como relevante na perspectiva dos(as/es) estudantes; a continuação entre as situações que acontecem na escola e na internet e como o anonimato na internet potencializa os discursos desresponsabilizados; cultura do cancelamento na internet que pode influenciar o diálogo sobre temas importantes. Ao abordar suas experiências, nomeá-las e organizá-las estes(as) estudantes protagonizaram os discursos sobre si e refletiram criticamente sobre o que lhes atravessam.

7.3 Integralidade do cuidado, prevenção e promoção da saúde

Diante das cenas anteriormente apresentadas e analisadas, e ao longo do percurso desenvolvido nessa pesquisa, mostrou-se a importância de construir caminhos para uma saúde integral, a partir da participação social dos(as/es) adolescentes no desenvolvimento de intervenções. Para tanto, foi necessário ouvi-los(as/es) em suas experiências e em um dos encontros puderam compartilhar sobre o acesso e uso dos serviços de saúde:

Um das pesquisadoras jovens falou sobre a diferença entre o Hospital Menino Jesus e o Hospital M'Boi Mirim, disse que o Hospital M'Boi, por se localizar mais no extremo Sul, está em piores condições. Outra pesquisadora jovem diz sobre a diferença entre ir ao posto do Jardim Lídia para tomar vacina e nunca ter a vacina e ir a um hospital no Itaim Bibi, nota-se a diferença na estrutura. Quando ela diz isso, muitas das jovens balançaram a cabeça afirmativamente informando concordar com essas percepções. Outra fala que se destacou nessa reflexão foi quando uma das estudantes disse que **"há uma diferença em como tratam a população periférica" (sic)**. Falaram também sobre a falta de cuidados existente e que todas as pessoas mereceriam esses cuidados (Discussão sobre Determinantes Sociais da Saúde - IC-EM, Setembro de 2019).

Nessa cena as reflexões dos(as/es) pesquisadores(as) jovens demonstram a relação entre o lugar em que vivem e a possibilidade de acesso e cuidado em saúde, evidenciando o quanto as desigualdades sociais estão relacionadas à saúde. Ao destacarem a diferença no modo de tratamento da população que reside em zonas periféricas da cidade em relação às pessoas que moram em bairros mais centrais da cidade, a fala da pesquisadora jovem revela uma discriminação em relação ao lugar onde mora, tal que pode ser compreendida como um

fator que aumenta a vulnerabilidade programática ao adoecimento da população que reside nas áreas periféricas da cidade, na medida em que não possuem o mesmo acesso, cuidado e investimento em saúde que populações que moram em outras regiões.

Em roda de conversa na atividade sobre o dia da consciência negra com alunos(as/es) do segundo ano, um estudante falou sobre a **divisão territorial entre Morumbi e Paraisópolis, frisou que a parte pobre e a parte rica era dividida por um muro**, disse com ênfase e fazendo gestos “por um muro”. Sobre esse assunto começou a surgir uma discussão sobre a diferença entre os processos de colonização entre Estados Unidos e Brasil. Os meninos começaram a levantar hipóteses sobre as diferenças nesses processos de colonização, e com a ajuda do professor falaram sobre as divisões territoriais explícitas que ocorreram no processo de colonização dos EUA reparando que no Brasil não houve essa segregação espacial como houve nos EUA, mas ressaltam que há também no Brasil uma divisão territorial marcante, que se deu de outras maneiras. Uma das estudantes disse que essa **divisão** também pode ser vista em relação às escolas particulares e as escolas públicas, compartilhou que **veio de uma escola particular e lá quase não havia alunos(as/es) negros(as/es) enquanto nessa escola onde estão, que é pública, a maioria dos(as/es) alunos(as/es) são negros(as/es)** (Novembro de 2019).

Nesta cena, o lugar em que se vive se intersecciona com a classe socioeconômica e a raça, quando o estudante diz enfaticamente sobre Morumbi e Paraisópolis serem divididos "por um muro" (sic) revela indignação com o contraste da desigualdade socioeconômica e no decorrer da conversa percebe, junto aos(às) seus colegas, que essa divisão se baseia em aspectos históricos e se dá tanto objetivamente na divisão territorial como também intersubjetivamente nas relações sociais, pois quando uma das estudantes fala sobre a divisão que existe entre a escola particular e a pública quanto à desigualdade racial este aspecto também revela uma divisão de lugares sociais. Tais fatores levantados pelos(as) estudantes estão relacionados com a compreensão sobre os Determinantes Sociais da Saúde e seus impactos no acesso e possibilidades de cuidado.

Levando em conta que situações de crise também podem aumentar a vulnerabilidade de determinadas populações ao adoecimento, soma-se a estes pontos destacados pelos(as) estudantes em 2019, a pandemia de SARS-Cov2/COVID-19 em meados de março de 2020, complexificando as possibilidades de cuidado e agravando as iniquidades em saúde.

Quando em discussão no grupo da IC-EM sobre a pergunta do questionário realizado dentro do projeto temático que se referia à: "quantidade de pessoas que moram na sua casa" e que mais de 25% dos(as/es) respondentes apontaram que moram com cinco ou mais pessoas, conversamos sobre como compreendiam os desafios da prevenção à SARS-Cov2/COVID-19. Nesse contexto, alguns disseram que em suas casas moravam poucas pessoas, mas no mesmo quintal moravam muitos outros familiares e que de fato ficava mais difícil estabelecer o distanciamento físico, outros (as/es) disseram que em suas casas moram muitas pessoas e na dinâmica do momento, precisavam também cuidar mais da casa e das crianças da família.

(...) "como dá pra mulher pensar nela mesma? elas chegam em casa e tem que ter horários muito certinhos, não pode só chegar em casa e jogar videogame - tem essa

pressão em cima das meninas, e tem algumas coisinhas que a gente acaba fazendo sem os outros falarem - a gente pensa que primeiro cê faz as coisas, e depois cê vai se divertir. **Cuidar do lar é uma coisa positiva, mas tem que ser compartilhado, né? Pra não pesar pra ninguém**" (sic) (Fala de pesquisadora jovem da IC-EM em discussão sobre dados socioeconômicos do questionário - Maio, 2020)

Nessa cena a intersecção de gênero e classe socioeconômica se evidencia e possibilita a reflexão dos(as/es) jovens sobre os limites e possibilidades de acesso à saúde, pois adolescentes mulheres percebem que lhes são cobradas tarefas que nem sempre são cobradas de seus pares adolescentes homens, e observam essa distribuição de tarefas em suas casas com relação ao restante de suas famílias.

Em outubro de 2020 foi construída coletivamente, junto com os(as/es) jovens pesquisadores(as) da IC-EM, pesquisadores(as) da USP e direção da escola, uma *live* sobre saúde mental que abordou aspectos de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Antes da realização dessa *live* entramos também em contato com o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) referência do território em que a escola se encontra, a fim de realizar uma aproximação do serviço de saúde e escola, tal serviço se mostrou muito disponível para futuras construções conjuntas. Esta aproximação é importante, pois no questionário realizado com os(as/es) estudantes dos terceiros anos das escolas de São Paulo, Santos e Sorocaba, dentre elas a escola em questão, 85,1% dos(as/es) respondentes demandaram serviços psicológicos e de saúde mental e apenas 1,5% conheciam o CAPSij (mas 56,5% conheciam as Unidades básicas de saúde).

Ademais, a construção desta *live* foi realizada em encontros nos quais os(as/es) pesquisadores(as/es) jovens levantaram pontos importantes sobre saúde mental durante a pandemia, tais que organizei da seguinte maneira:

1- *Impactos das redes sociais na saúde mental*: Falaram que tem aumentado o tempo em que estão nas redes sociais durante o período da pandemia, e refletem que *"se você não se policiar você fica o dia inteiro nas redes, o feed de notícias é viciante, e você fica rolando ele infinitamente e perde tempo "sem fazer nada"; anúncios de coaching ou empreendedores que rodam a internet com a mensagem de "se você quer ser rico, é só levantar a bunda da cadeira" (sic).*

2- *Dificuldades na rotina*: Alertam para a dificuldade de cumprir com as tarefas e a grande procrastinação, sentem que não estão conseguindo estudar e possuem tantas atividades que não sabem por onde começar;

3- *Ansiedade no "período da quarentena"(sic)*: Destacam uma alimentação compulsória, solidão e dificuldade de lidar com o excesso de informações, *"quando eu vejo uma informação na internet, será que eu acredito? Que filtro eu uso pra selecionar as informações que só vão me ajudar psicologicamente?" (sic)*

4- *Preocupação com o futuro*: Se preocupam ao ver as notícias e não saber quando a situação vai melhorar; também uma preocupação excessiva com a família, amigos

5- *Individualização dos processos*: Sentem cobranças individuais relacionadas a desempenho na escola, nas tarefas de casa e também em relação a eles(as) mesmos(as), *"existem coisas que a gente sente que não é só a gente que controla" (sic) ; "cobrança do mundo em cima da gente, o que a família quer que a gente*

faça, o que um namorado/a quer que a gente faça” (sic).
(Setembro de 2020)

Os aspectos levantados pelos(as) estudantes são questões psicossociais, nas quais há uma fronteira difusa entre as questões sociais vividas e o impacto na experiência singular de cada adolescente. A dificuldade na rotina revela aspectos coletivos, como as mudanças em relação à escola no ensino remoto e às tarefas de casa, como também aspectos singulares quando abordam os limites e as possibilidades na organização do espaço/tempo nesse período. Também a ansiedade que compartilharam tem a ver tanto com os medos vividos no momento atual, quanto com a possibilidade de cada adolescente em lidar com os acontecimentos, a rede de apoio que possuem, as condições materiais e intersubjetivas para lidar com essas questões.

Ou seja, há aspectos individuais, sociais e programáticos nas demandas apresentadas por esses (as) estudantes. Nesse sentido é importante compreender os fatores programáticos também enquanto políticos, na medida em que a gestão da epidemia de SARS-Cov2/COVID-19 no Brasil afeta diretamente o modo e as possibilidades de viver. As questões de saúde mental que esses(as) e outros estudantes da escola apresentaram revelam tanto os impactos do agravamento das desigualdades sociais, como também a falta de medidas efetivas de contingenciamento da transmissão da SARS-Cov2/COVID-19 e o fortalecimento de uma política de morte, que gera medo, instabilidade e falta de perspectivas para o futuro.

A epidemia de SARS-Cov2/COVID-19 no Brasil é um aspecto que tem aprofundado as iniquidades em saúde e aumentado a vulnerabilidade ao adoecimento, principalmente de grupos sociais que sofrem historicamente com desigualdades socioeconômicas e de acesso a direitos básicos, como por exemplo, a população negra e periférica (TOGNOLLI, 2020; SANTOS et. al 2020), isso porque as condições em que as pessoas vivem, trabalham, moram, assim como gênero, idade, raça/cor, estão associados às possibilidades de acesso à saúde e cuidado de si (BUSS E FILHO, 2007), e no contexto brasileiro, também a conjuntura política é um importante fator que tem aumentado a vulnerabilidade ao adoecimento e à morte (THE LANCET, 2020). Diante desse cenário de crise sócio-político-sanitária que se instaura no Brasil, a resposta social que envolve articulações comunitárias, movimentos políticos/sociais e a produção científica tem sido fundamental para lidar com os impactos da pandemia em diferentes setores e territórios.

Há, portanto, um atravessamento do racismo e suas intersecções nas iniquidades em saúde aprofundadas na pandemia não só no contexto brasileiro, mas também em outros países, com maiores taxas de mortalidade da população negra (e também da população indígena), maiores taxas de desemprego, risco elevado de contaminação pelas condições de trabalho e maior probabilidade de viver em condições de moradia que diminuem a possibilidade de distanciamento físico e aumentam a vulnerabilidade ao contágio e à transmissão da SARS-Cov2/COVID-19 (POWELL et. al, 2020 : WALTERS, 2020).

Além disso, as questões levantadas pelos(as) pesquisadores(as) jovens sobre saúde

mental condizem com o dados apontados por pesquisa ampla e recente com jovens de todo o Brasil entre 15 e 29 anos, segundo a qual as consequências da pandemia na vida de jovens brasileiros estão relacionadas às condições de saúde física e mental, dificuldades na rotina, riscos relacionados à evasão escolar, perda de trabalho e diminuição ou perda da renda individual e familiar (CONJUVE, 2020).

Durante a discussão com o grupo de IC-EM sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos na saúde mental, o educador que acompanhou o grupo compreendeu as demandas que os(as/es) estudantes apresentaram e muito sensivelmente compartilhou com todos(as/es) a letra de uma música que a discussão lhe fez recordar:

“Acordo, não tenho trabalho
Procuro trabalho, quero trabalhar
O cara me pede diploma
Num tenho diploma, não pude estudar
E querem que eu seja educado
Que eu ande arrumado que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede não é mundo que me dá
Consiço emprego, começo o emprego
Me mato de tanto ralar
Acordo bem cedo, não tenho sossego
Nem tempo pra raciocinar”

Até quando? - Gabriel, O Pensador

Essa música compartilhada pelo educador, juntamente com o relato dos(as/es) estudantes, possibilita a reflexão sobre a necessidade da não individualização dos sofrimentos relatados pelos(as) adolescentes e a importância de construir caminhos para a integralidade¹² dos cuidados em saúde que levem em conta a participação dos (as/es) adolescentes nas narrativas de suas experiências, dando ênfase à busca pela diminuição das discriminações de raça, gênero e suas intersecções, a fim de construir melhores condições de vida e futuro.

¹² A integralidade é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e se refere à efetivação do cuidado para além de uma resposta biológica, em um conjunto de articulado de ações e serviços (PINHEIRO, 2008)

8 Considerações finais

O modo como o racismo se estrutura e se apresenta na cultura brasileira gera efeitos psicossociais que podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva dialética através da disputa e coexistência dos processos de desumanização/silenciamento diante do racismo e processos de enfrentamento/afirmação, que se dão tanto de forma coletiva, a partir de mediações da escola, como em experiências singulares nas possibilidades de transformação das narrativas hegemônicas.

Nas cenas descritas aparecem reflexões dos(as/es) adolescentes sobre momentos em que foram confrontados com imagens distorcidas sobre si (por exemplo quando os meninos relatam que por vezes eram associados ao tráfico por serem negros), sobre seus aspectos corporais (insultos sobre seus cabelos crespos), além de reflexões sobre o valor dado socialmente à suas vidas (ao ver jovens negros desaparecem em um carro de polícia, ou serem mortos). Ao abordar essas questões, seja no discurso mediado por algum(a/e) educador(a/e), seja em atividades culturais também mediadas, há a possibilidade de reflexão crítica sobre essas experiências e a possibilidade de romper com o silenciamento, expressando-se com argumentos, performances e produções artísticas, em um processo de criação de discurso sobre si, o qual aponta Neusa Santos Souza (1983) como fundamental no enfrentamento dos impactos psicossociais do racismo.

Nesse sentido, é muito importante a mediação da escola e dos educadores de modo sensível, atento e relacional às dinâmicas raciais que atravessam o cotidiano escolar. É importante que a resposta programática das escolas à temática racial transcenda atividades realizadas em um dia no calendário escolar e se expanda, tendo a participação social dos(as/es) estudantes na criação e efetivação de intervenções.

Outro fator que surge nessa dissertação a partir das cenas relatadas é a internet enquanto território no qual o racismo e suas intersecções (de gênero, classe socioeconômica, idade, lugar onde mora, orientação sexual, entre outros) se evidenciam e são potencializados pelo suposto anonimato que as relações na internet permitem, além da ausência/dificuldade da mediação de educadores(as) nesse espaço virtual, de modo que as relações de poder por vezes ocultadas pela pressão social e medo de responsabilização em ambientes presenciais e mediados, como na escola, se revelem com intensidade no ambiente virtual gerando sofrimento.

Este é um desafio para comunidade escolar e outros setores, pois como bem observam tanto os(as/es) jovens pesquisadores(as), quanto a direção da escola em que a pesquisa é realizada, há uma continuidade entre o que acontece na escola e o que acontece na internet, e vice-versa, de modo que a confluência desses territórios complexifica o campo de atuações e intervenções que busquem diminuir as discriminações, sendo essa relação entre escola e internet um importante campo a ser pesquisado e ampliado.

Surge também através das cenas descritas, o racismo ocultado sob o véu da "brincadeira" e do riso, gerando sofrimentos. Diante do qual é preciso refletir, no âmbito escolar, sobre o que torna um aspecto em objeto de riso do outro, como esse riso impacta as pessoas e como essa dinâmica oculta e revela discriminações e relações de poder.

Por fim, destaco que o cenário de desumanização e violações de direitos descritos ao longo da dissertação, se intensificou no contexto da pandemia de SARS-Cov2/COVID-19, na qual parte da população periférica e em sua maioria negra, não pôde dispor de algumas possibilidades de prevenção como por exemplo o acesso ao trabalho remoto e à inclusão digital e essa realidade ganhou outros contornos também geracionais quando em relação aos adolescentes.

Assim, durante esse percurso foi possível compreender como os(as/es) adolescentes entendiam os processos relacionados à saúde e construir conjuntamente compreensões e intervenções no sentido da integralidade da saúde, com ênfase na interseccionalidade das experiências vividas, além da importância de que ações em saúde para adolescentes integrem serviços de saúde pública do território, escola e a participação social dos(as/es) estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NOVA/SB. **Dossiê intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital**. 2016. Disponível em: https://www.comunicaquemuda.com.br/wp-content/themes/comunica/dist/dossie/dossie_intolerancia.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.
- ANZALDÚA, Glória. *Falando em Linguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. **Estudos Feministas**, 1980.
- BAPTISTA, Isildinha. **Significações do Corpo Negro**. São Paulo, f. 145, 1998. Dissertação (Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixa/corponegro.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray (Org.); BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BORGES, Hamilton. Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia. **Conselho Regional de Psicologia de SP - Caderno Temático**, São Paulo, n. 14, 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/12/caderno_14.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, Brasília, 2004a. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma política do SUS**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, Brasília, 2004b. Disponível em: www.mec.gov.br/cne. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BUENO, Winnie. **Repensando a Interseccionalidade**. **Portal Geledés**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BUSS, Paulo Machiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas:** feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador, 2012. 383 p. Tese (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educação & Formação**, Fortaleza, p. 148-168, set./out. 2019.
- CAVALCANTE, Kelisson Lima. A construção da identidade negra no espaço escolar: Percepções e Discussões. **Cadernos Cajuína**, v. 3, n. 2, p. 9-19, 2018.
- COELHO JR., Nelson Ernesto ; FIGUEIREDO, Luis Cláudio. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: Dimensões da alteridade. **Interações**, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35401702.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Tradução Juliana de Castro Galvão, v. 31, n. 1, 2016. Tradução de: Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, 1 Dez. 1986.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, Interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 4 fev. 2020.
- CONJUVE. Relatório de Resultados. Conselho Nacional da Juventude. Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.juventudeseapandemia.com/y>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex.: A Black Feminist Critique of Anti discrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 1 fev. 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, Julho 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 1 out. 2010.
- DAHIA, Sandra Leal de Melo. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 697-720, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a07v23n3.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- DAHIA, Sandra Leal de Melo. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estudos e pesquisa em psicologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-389, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n2/v10n2a06.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo:** a atuação de um Centro de Atenção

Psicossocial II Infantojuvenil, f. 168. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21029>. Acesso em: 27 jun. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. Boitempo Editorial, v. 3, f. 128, 2016. 255 p. Tradução de: Women, race and class.

DU BOIS, William Edward Burghardt . **As almas do povo negro**. Tradução José Luiz Pereira da Costa. 1998. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FANON, Frantz . **Em defesa da Revolução Africana**. Tradução Isabel Pascoal. Sá da Costa Editora, 1980. Tradução de: Pour la revolution africaine.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p. Tradução de: Peau noire, masques blancs.

FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288/12963. Acesso em: 27 jun. 2021.

FRASER, Nancy . A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 7-20, Outubro 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceitos contra negros**: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 157 p. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. *In*: SILVA JUNIOR, Nelson ; ZANGARI, Wellington. **A psicologia social e a questão do hífen**. São Paulo: Editora Blucher, 2017.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; FERRER, Ana Luiza. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 1, Março 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142014000100006> . Acesso em: 4 fev. 2021.

GOMES, Nilma Lino . Educação, raça e gênero: Relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, v. 6, n. 7, p. 67-82, 1996. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/EDUCACAO-RACA-E-GENERO.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005. 204 p.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.

GONÇALVES, Bruno Simões. **Nos caminhos da dupla consciência**: América Latina, Psicologia e Descolonização. São Paulo: Ed. do autor, 2019.

GROSFÓGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em: 27 jun. 2021.

GRUSKIN, Sofia; TARANTOLA, Daniel. Um panorama sobre saúde e Direitos Humanos. *In*: PAIVA, Vera (Coord.); AYRES, José Ricardo (Coord.); BUCHALLA, Cassia Maria (Coord.). **Vulnerabilidade e Direitos Humanos. Prevenção e promoção da saúde**: Livro 1 - da doença à cidadania. 1. ed. Curitiba: Juruá, v. 1, 2012.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 33, p. 56-80, 2013.

ISOYA, Hidehito; YAMADA, Hiroyuki. Hidden internet-based measure of discrimination and mental health of Black people. **Social Science & Medicine**, v. 273, 2021.

KETTREY, Heather Hensman; LASTER, Whitney Nicole. Staking Territory in the “World White Web”: An Exploration of the Roles of Overt and Color-Blind Racism in Maintaining Racial Boundaries on a Popular Web Site. **Social Currents**, v. 1, n. 3, p. 257-274, 2014.

KEUM, Brian TaeHyuk; MILLER, Matthew J.. Racism on the Internet: Conceptualization and recommendations for research. **Psychology of Violence**, v. 8, n. 6, p. 782-791, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/vio0000201>. Acesso em: 24 fev. 2021.

KILOMBA, Grada . **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução de: Plantation Memories.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertran. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial.. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dez 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2019.

MACHIN, Rosana; MOTA, André. Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo – 1898-1920. **Interface**, Botucatu, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180314>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador.. *In*: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (Org.). **Psicología social de la guerra**: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores, 1990, p. 233-249.

MASSON, Livia Neves *et al.* A educação em saúde crítica como ferramenta para o empoderamento de adolescentes escolares frente às suas vulnerabilidades em saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1294.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

MCLEIGH, Jill D; KILMER, Ryan P. Changing norms, strategies, and systems to support behavioral health and social justice: A call to action and introduction to the special section. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 87, n. 5, p. 505-509, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/ort0000299>. Acesso em: 4 fev. 2021.

MEAD, George H. What Social Objects Must Psychology Presuppose?. **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 7, n. 7, p. 174-180, 1910. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2010782.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MENCHÚ, Rigoberta . **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciência**. siglo xxi editores, 2007. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/burgosrigoberta-menchu.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: : o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005. Disponível em: : http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2006. 372 p.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Preconceito de Cor: Diversas formas, um mesmo objetivo. **Revista de Antropologia**, v. 21, p. 1978.

MUNANGA, Kabengele. Preconceito de cor: Diversas formas, um mesmo objetivo.. **Revista de Antropologia**, v. 21, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Portal Geledés. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

MUNANGA, kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005. 204 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia - Revistas USP**, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080/156154>. Acesso em: 13 fev. 2020.

- NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2011. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/renato_noguera_-_ubuntu_como_modos_de_existir.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.
- OLIVEIRA, Andréia Machado; FONSECA, Tania Mara Galli. Os devires do território-escola: trajetórias, agenciamentos e suas múltiplas paisagens. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p. 135-154, 31 2 2006.
- OLIVEIRA, Dennis. Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia. . **Conselho Regional de Psicologia de SP - Cadernos Temáticos**, São Paulo, v. 14, 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/12/caderno_14.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.
- OLIVEIRA, Ivani Francisco de . **Versões de mulheres negras sobre a transição capilar**: um estudo sobre processos de descolonização estética e subjetiva. São Paulo, f. 150, 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo . Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22176>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2008.
- PAIVA, Vera. Cenas da vida cotidiana: Metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos direitos humanos. *In*: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria. **Vulnerabilidade e direitos humanos prevenção e promoção da saúde**: da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012. 320 p.
- PAIVA, Vera. Psicologia na Saúde: sociopsicológica ou psicossocial. *In*: JUNIOR, Nelson da Silva Zangari (Org.); ZANGARI, Wellington (Org.). **A Psicologia Social e a questão do hífen**. São Paulo: Blucher, 2017.
- PASSOS, Raquel Gouveia; MOREIRA, Talles W.F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial.. **SER Social**, v. 19, n. 41, p. 336-354, 6 fev 2018.
- PINHEIRO, Roseni. Integralidade em Saúde. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 478 p, p. 255-262.
- POWELL, Wizdom *et al*. Parenting during periods of uncertainty and unrest. **American Psychological Association**, Outubro 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sAz9uFEmXXI>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- PRESTES, Clélia. Não sou eu do campo psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, p. 52-77, Out 2020. Ed. Especial. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1112/951>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em:

27 jun. 2021.

RAIMUNDO, Oda Ana Maria Galdini ; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo.. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. 2, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf> . Acesso em: 27 jun. 2021.

SAMHSA, Substance Abuse and Mental Health Services Administration. **2018 national survey on drug use and health: african Americans**. 2020. Disponível em: <https://www.samhsa.gov/data/report/2018-nsduh-african-americans>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Revista Crítica de Direitos Sociais**, n. 48, 1997.

SANTOS, Márcia Pereira dos *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *In:* SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1957.

SILVA, Cristiane Gonçalves da . Encontros nos territórios: Escolas, tecnologias juvenis e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, Jan./Mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100180. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista eletrônica PUCRS**, Porto Alegre/RS, n. 3, p. 489-506, Set-Dez 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

THE LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?”. **The Lancet**, v. 395, Maio 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2931095-3>. Acesso em: 4 fev. 2021.

TOGNOLLI, Claudio. **COVID-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil**. **O Globo**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://outline.com/PsYVJH>. Acesso em: 4 fev. 2021.

USP MÍDIAS ONLINE. **Pré-Iniciação Científica. Pró Reitoria de Pesquisa - Universidade de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <https://prp.usp.br/pre-iniciacao-cientifica/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

WALTERS, Anne S. COVID-19 and racism: A mental health crisis. **The Brown University Child and Adolescent Behavior Letter**, Dezembro 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/cbl.30510>. Acesso em: 4 fev. 2021.

WERNECK, Jurema (Coord.); IRACI, Nilza (Coord.). **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: Violências e Violações. Geledés - Instituto da Mulher Negra e Criola - Organização de Mulheres Negras** . 2016. 85 p. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.